

# Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 17

A GAZETA DE RONDÔNIA - COTIDIANO  
ANFIP

CDH debate situação de animais domésticos abandonados, sua vacinação e castração..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Corte em benefícios tributários..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF valida lei que permite a divulgação do nome de devedores contumazes..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desafio do governo no corte em benefícios tributários..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Blindagem no Legislativo barrou 216 apurações contra parlamentares..... 11

GAZETA DO AMAPÁ - MACAPÁ - AP - GAZETA DO AMAPÁ  
SEGURIDADE SOCIAL

CPMI do INSS deve superar a da Covid em iniciativas para investigar o roubo - NOS  
BASTIDORES DA POLÍTICA E DO PODER  
..... 13

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

STF decide que guardas municipais não têm direito à aposentadoria especial do INSS; entenda  
..... 15

PORTAL R7 - NACIONAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Supremo prepara transição de Barroso para Fachin em meio a desafios institucionais  
..... 17

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Pagamentos do INSS de agosto começam hoje; veja cronograma de depósitos..... 19

PORTAL UOL  
SEGURIDADE SOCIAL

STF decide que guardas municipais não têm direito à aposentadoria especial do INSS; entenda  
(Previdência)  
..... 20

O GLOBO - RJ - SAÚDE  
SERVIDOR PÚBLICO

MUDANÇA PARA JUÍZES..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Incentivos tributários precisam ser revistos - BRUNO CARAZZA..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

H&M revê modelo e Brasil entra no radar..... 26

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Recurso liberado para investir .....	28
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Sob pressão, indústria de papel cartão ajusta produção .....	30
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Receita arrecada bilhões com "cobrança amigável" .....	32
O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR ECONOMIA Inflação abaixo de 5% ao ano pode elevar juro real e favorecer renda fixa .....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Endividamento preocupa em fase de virada na economia .....	36
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA Encontro de BCs é marcado por defesa de autonomia .....	38
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Brasileiro não entende tarifaço, mas teme impacto .....	40
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA A nova e instável dinâmica do dólar (Editorial) .....	41

# CDH debate situação de animais domésticos abandonados, sua vacinação e castração

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove na segunda-feira (25) debate sobre o abandono de animais, sua castração e vacinação. A reunião terá início após o lançamento, às 8h30, do livro **Análise da Segurança Social 2024**, da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil**.

O debate foi solicitado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que defende a criação do Estatuto dos Animais Domésticos. No requerimento em que solicita a audiência (REQ 69/2025 - CDH), ele ressalta que "nas periferias

das nossas cidades, em todo o país, milhões de animais se encontram sem vacinação, sem castração e com doenças transmissíveis aos seres humanos. Eles se multiplicam de forma exponencial (...)"

Paim afirma que há no país 62 milhões de cães e quase 31 milhões de gatos, e que cerca de 35% desses animais vivem nas ruas ou em abrigos. Ele também cita a estimativa de que o Brasil possui a terceira maior população de animais de estimação do mundo, atrás da China e dos Estados Unidos.

"Durante a tragédia climática no Rio Grande do Sul, em 2024, vimos a desorganização total por parte do poder público no tocante à causa animal. Ninguém era responsável pelos animais, desde o resgate, o acolhimento e a alimentação (...) O Estado brasileiro, em especial os estados e os municípios, não assumem responsabilidade sobre eles", diz o senador.

Ao defender a sugestão legislativa - apresentada pela sociedade - de criação do Estatuto dos Animais Domésticos, o senador argumenta que "a causa animal é

uma questão de humanidade e de saúde pública".

Entre os convidados para o debate está o advogado Rogério Ramme, que foi o revisor dessa sugestão legislativa. Também foram convidados representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, da Sociedade Amigo dos Animais (Soama), do Grupo de Resposta a Animais em Desastres (Grad), da Arcanimal e do Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo, entre outros.

Como participar

O evento será interativo:

os cidadãos podem enviar perguntas e comentários pelo telefone da Ouvidoria do Senado (0800 061 2211) ou pelo Portal e-Cidadania, que podem ser lidos e respondidos pelos senadores e debatedores ao vivo. O Senado oferece uma declaração de participação, que pode ser usada como hora de atividade complementar em curso universitário, por exemplo. O Portal e-Cidadania também recebe a opinião dos cidadãos sobre os projetos em tramitação no Senado, além de sugestões para novas leis.

Fonte: Agência Senado

Site: <https://agazetaderondonia.com.br/wp-content/uploads/2025/08/A-Gazeta-de-Rondonia-Edicao-4847-fim-de-semana-23-24-e-25.08.2025.pdf>

# Corte em benefícios tributários

**ROSANA HESSEL**

A pesar de fazer projeções otimistas para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2026, o que ajuda a inflar as receitas, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026 foi enviado ao Congresso Nacional, em abril, com um buraco de R\$ 118 bilhões, por conta de recursos incertos para que as contas fechem no azul. Desde então, o governo tenta medidas que aumentem a receita para tapar totalmente esse buraco.

Analistas ouvidos pelo Correio criticam a falta de ajuste fiscal pelo lado do gasto e criticam o excesso de medidas pelo lado da receita, como o recente aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e alertam para o encolhimento abrupto das despesas discricionárias, que podem ser cortadas, no Orçamento a partir de 2027, que coloca em xeque o arcabouço fiscal.

Mesmo incluindo essas receitas fictícias, o PLDO de 2026 previa um resultado primário negativo nas contas do governo central - que inclui Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central - em R\$ 16,9 bilhões, o equivalente a 0,12% do Produto Interno Bruto (**PIB**), mas com a permissão do Supremo Tribunal Federal (STF) para abetar R\$ 55,1 bilhões em despesas com o pagamento de precatórios - dívidas judiciais que não cabe mais recurso -, o resultado fica positivo em R\$ 38,2 bilhões, nas projeções da proposta orçamentária.

E, com isso, o governo segue sem medidas importantes de ajuste fiscal pelo lado da despesas.

Na semana passada, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, sinalizou o interesse do governo em reduzir em 10%, de forma linear, a conta total subsídios, que somou R\$ 678,4 bilhões em 2024, ou 5,78% do **PIB** patamar acima da meta de 2% do **PIB** em até 2029.

Em 2021, quando a regra foi aprovada, apenas as despesas com renúncias tributárias eram estimadas em R\$ 307,9 bilhões, e, em 2026, o PLDO prevê que essa fatura passe para R\$ 620 bilhões - aumento de 101,7% em apenas cinco anos, na contramão do princípio da proposta. E nem mesmo o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que tinha um ministro da Economia considerado ortodoxo (Paulo Guedes), atacou essas despesas. Pelo contrário, ajudou a

aumentar.

Em 2021, o gasto tributário cresceu para 5,25% do **PIB**, e saltou para 6,10% em 2022, último ano da gestão, que culminou com as chamadas pedaladas dos precatórios - dívidas judiciais que não cabe recurso.

A proposta de corte linear de 10% sinalizada por Tebet, contudo, é vista com ceticismo por analistas, porque o engessamento dos subsídios é elevado. Desse montante, 52,7% desses gastos tributários não podem ser mexidos porque estão protegidos por emenda constitucional, somando R\$ 298 bilhões - o equivalente a 2,5% do **PIB**.

Entre eles, estão incentivos fiscais polêmicos, como o Simples Nacional e a Zona Franca de Manaus (ZFM), que estão entre as maiores despesas com gastos tributários.

Desafio do IR

Enquanto isso, a prometida agenda de revisão dos gastos de forma geral tem ficado de lado.

Nos bastidores, o consenso é que não houve espaço para a implementação, que não tem apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da base governista. Analistas lembram que uma das principais promessas de campanha de Lula, a isenção do Imposto de Renda (IR) para os trabalhadores com renda mensal de até R\$ 5 mil, que está em tramitação no Congresso, ainda precisa de medidas compensatórias para o aumento de despesas obrigatórias em torno de R\$ 35 bilhões a R\$ 50 bilhões por ano.

Estimativas de analistas sobre os impactos da Medida Provisória 1303/2025, que tem como objetivo gerar as receitas necessárias para tapar esse novo buraco pode ser menores, não chegando R\$ 20 bilhões, a exemplo do que ocorreu com as projeções de receita com a volta do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, que foram superestimadas.

O ex-secretário do Tesouro Nacional Jeferson Bittencourt, líder de Macroeconomia do Banco Asa, aponta que, no Orçamento de 2024, havia cerca de R\$ 55 bilhões de arrecadação prevista com o **Carf** e, no fim do ano, o governo arrecadou R\$ 300 milhões. "Havia uma projeção de receita com o **Carf** de R\$ 28

bilhões, e, em maio, passou para zero. Com isso, o mercado já não compra muito o anúncio do Orçamento, porque até a votação em dezembro, se ela ocorrer, ainda existe muita coisa que pode ser incluída na tramitação", explica.

Apesar de reconhecer como legítima a necessidade de o governo aumentar os gastos na assistência social e no combate à desigualdade, como o prometido em campanha, o economista Benito Salomão, professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), reconhece que o forte aumento dos gastos tributários revelam a dificuldade de qualquer governo lidar com a pauta fiscal.

"Existem grupos influentes que são beneficiados por subsídios que oferecem resistência ao ajuste fiscal por essa rubrica. E o fato é que o governo não deve atacar essas questões, especialmente porque a pauta arrecadatória tem ajudado o governo a evitar essa questão", afirma.

Salomão destaca que o governo vem tendo uma forte ajuda dos ciclos econômicos, porque a atividade tem apresentando desempenho acima das estimativas do mercado desde a pandemia da covid-19.

Para ele, na campanha política de 2026, será inevitável que os candidatos reconheçam o problema fiscal que exigirá controle de gastos a partir de 2027, sob o risco de cometerem um "estelionato eleitoral".

**Site:**

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7733/25-08-2025.html?all=1>

# STF valida lei que permite a divulgação do nome de devedores contumazes

**Beatriz Olivon**

De Brasília A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou pela validade de norma estadual que autoriza a divulgação de nomes de devedores contumazes de ICMS. Em julgamento realizado no Plenário Virtual, os ministros analisaram uma legislação gaúcha que prevê a publicação dos nomes dos inadimplentes na página da Secretaria da Fazenda do Estado na internet, além de informações sobre a condição de devedor nas notas fiscais emitidas pelas empresas.

O tema foi levado ao Supremo por meio de ação proposta pelo Partido Social Liberal (PSL) contra o governador do Rio Grande do Sul. Mas vários Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul, Piauí, Pernambuco, Mato Grosso, Rondônia, Sergipe, Maranhão, Pará, Amazonas e Minas Gerais foram admitidos como parte interessada no processo (ADI 4854).

No pedido, o partido alega que o Regime Especial de Fiscalização (REF) para contribuintes considerados devedores contumazes, instituído pela Lei nº 13.711, de 2011, e regulamentada pelo Decreto nº 48.494, de 2011, viola os princípios constitucionais da liberdade de trabalho e comércio, impondo sanções desproporcionais.

Há na lei, segundo o PSL, medidas que implicam exposição pública negativa do nome da empresa no mercado, além da inclusão dela em cadastro de restrição de crédito. São previstas também restrições operacionais e financeiras, como a perda de regimes especiais de pagamento do ICMS, a exigência de pagamento do imposto no momento da ocorrência do fato gerador, a suspensão do diferimento do imposto e a exigência de informações econômicas periódicas da empresa.

A norma estabelece ainda que as notas fiscais emitidas contenham a frase "contribuinte submetido a REF com vencimento do ICMS no fato gerador". Além disso, só permite crédito fiscal mediante comprovante de arrecadação. De acordo com a ação judicial, o Estado do Rio Grande do Sul também tem realizado o envio de mensagens eletrônicas e feito ligações telefônicas para fornecedores e clientes das empresas devedoras do ICMS informando sobre essa situação

de inadimplência.

Em sua defesa, o Estado alegou que os contribuintes incluídos no REF representam 0,5% dos contribuintes devedores. Isso evidenciaria a excepcionalidade da medida, reservada a casos graves e crônicos de inadimplência, quando todas as formas ordinárias e amigáveis de regularização já teriam sido tentadas sem sucesso.

A maioria dos ministros seguiu o voto de Nunes Marques. "Se por um lado o excesso de exação pode inviabilizar ou dificultar a atividade econômica, por outro a inadimplência contumaz desequilibra artificial e ilicitamente as condições de livre concorrência, porquanto a tributação constitui custo de qualquer negócio", afirmou o relator.

Ainda de acordo com ele, segundo a jurisprudência do Supremo, não constitui sanção política a submissão de contribuinte a regime fiscal diferenciado em virtude de inadimplemento reiterado. "Não há qualquer argumento do requerente que demonstre serem desarrazoados os parâmetros estabelecidos no REF; tampouco é possível inferir, em abstrato, interferência direta no exercício de atividade profissional", diz o ministro.

No plano federal, não existe norma que estabeleça critérios uniformes para definir quando um contribuinte deve ser considerado devedor contumaz, segundo Anderson Mainates, advogado associado do Cascione na área tributária. Também não há norma que defina qual procedimento deve ser adotado ou quais as consequências dessa classificação pelo Fisco.

Para o tributarista, mais grave do que validar a divulgação dos nomes dos devedores contumazes, é o condicionamento da apropriação de créditos à comprovação do recolhimento do imposto e a possibilidade de revogação de regimes especiais.

Mainates destaca que tanto o STF quanto o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já enfrentaram o tema sob a ótica criminal, fixando como parâmetro comum, a necessidade de verificação de do-lo ou intenção de apropriação dos valores não recolhidos ao Fisco (RHC 163.334 no STJ e HC 760.150 no STF).

O especialista lembra que tramita na Câmara o Projeto

de Lei nº 15, dc 2024, que busca suprir essa lacuna normativa. O projeto dedica um capítulo à definição de critérios para caracterização do devedor contumaz, assegurando contraditório e ampla defesa mediante processo administrativo específico. "Essa uniformização é relevante porque, hoje, cada Estado adota seus próprios parâmetros", afirmou.

O PL 15 foi enviado pelo Ministério da Fazenda à Câmara dos Deputados. Ele institui programas de conformidade tributária e **aduaneira** no âmbito da **Receita Federal**, do Ministério da Fazenda e dispõe sobre o devedor contumaz e as condições para fruição de benefícios fiscais.

Existem outros projetos sobre o tema. No Senado, tramita o PLP nº 164, de 2022. O texto busca criar uma norma geral para uniformizar critérios e procedimentos em todo o país, evitando distorções entre os Estados.

Na esfera estadual, as normas também são diferentes. Em São Paulo, por exemplo, a Lei Complementar nº 1.320, de 2018, considera devedor contumaz quem tiver débitos declarados e não pagos relativos a seis períodos de apuração (consecutivos ou não) em 12 meses. Já no Rio Grande do Sul, a classificação depende de débitos declarados e não pagos em mais de oito períodos, ou que ultrapassem 30% do patrimônio líquido, ou ainda 25% do faturamento anual declarado ao Fisco.

O voto do relator foi acompanhado pelos ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino, Dias Toffoli, Edson Fachin, Gilmar Mendes, Luiz Fux, André Mendonça, Luís Barroso e Alexandre de Moraes.

**Site:** <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

# Desafio do governo no corte em benefícios tributários

**Rosana Hessel +**

Apesar de fazer projeções otimistas para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2026, o que ajuda a inflar as receitas, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026 foi enviado ao Congresso Nacional, em abril, com um buraco de

R\$ 118 bilhões, por conta de recursos incertos para que as contas fechem no azul. Desde então, o governo tenta medidas que aumentem a receita para tapar totalmente esse buraco.

Analistas ouvidos pelo Correio criticam a falta de ajuste fiscal pelo lado do gasto e criticam o excesso de medidas pelo lado da receita, como o recente aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e alertam para o encolhimento abrupto das despesas discricionárias, que podem ser cortadas, no Orçamento a partir de 2027, que coloca em xeque o arcabouço fiscal.

Mesmo incluindo essas receitas fictícias, o PLDO de 2026 previa um resultado primário negativo nas contas do governo central - que inclui Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central - em R\$ 16,9 bilhões, o equivalente a 0,12% do Produto Interno Bruto (**PIB**), mas com a permissão do Supremo Tribunal Federal (STF) para abetar R\$ 55,1 bilhões em despesas com o pagamento de precatórios - dívidas judiciais que não cabe mais recurso -, o resultado fica positivo em R\$ 38,2 bilhões, nas projeções da proposta orçamentária.

E, com isso, o governo segue sem medidas importantes de ajuste fiscal pelo lado da despesas. Na semana passada, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, sinalizou o interesse do governo em reduzir em 10%, de forma linear, a conta total subsídios, que somou

R\$ 678,4 bilhões em 2024, ou 5,78% do **PIB** patamar acima da meta de 2% do **PIB** em até 2029.

Em 2021, quando a regra foi aprovada, apenas as despesas com renúncias tributárias eram estimadas em R\$ 307,9 bilhões, e, em 2026, o PLDO prevê que essa fatura passe para R\$ 620 bilhões - aumento de 101,7% em apenas cinco anos, na contramão do

princípio da proposta. E nem mesmo o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que tinha um ministro da Economia considerado ortodoxo (Paulo Guedes), atacou essas despesas. Pelo contrário, ajudou a aumentar.

Em 2021, o gasto tributário cresceu para 5,25% do **PIB**, e saltou para 6,10% em 2022, último ano da gestão, que culminou com as chamadas pedaladas dos precatórios - dívidas judiciais que não cabe recurso.

A proposta de corte linear de 10% sinalizada por Tebet, contudo, é vista com ceticismo por analistas, porque o engessamento dos subsídios é elevado. Desse montante, 52,7% desses gastos tributários não podem ser mexidos porque estão protegidos por emenda constitucional, somando R\$ 298 bilhões - o equivalente a 2,5% do **PIB**. Entre eles, estão incentivos fiscais polêmicos, como o Simples Nacional e a Zona Franca de Manaus (ZFM), que estão entre as maiores despesas com gastos tributários.

Enquanto isso, a prometida agenda de revisão dos gastos de forma geral tem ficado de lado. Nos bastidores, o consenso é que não houve espaço para a implementação, que não tem apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da base governista. Analistas lembram que uma das principais promessas de campanha de Lula, a isenção do Imposto de Renda (IR) para os trabalhadores com renda mensal de até R\$ 5 mil, que está em tramitação no Congresso, ainda precisa de medidas compensatórias para o aumento de despesas obrigatórias em torno de R\$ 35 bilhões a R\$ 50 bilhões por ano.

Estimativas de analistas sobre os impactos da Medida Provisória 1303/2025, que tem como objetivo gerar as receitas necessárias para tapar esse novo buraco pode ser menores, não chegando R\$ 20 bilhões, a exemplo do que ocorreu com as projeções de receita com a volta do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, que foram superestimadas.

O ex-secretário do Tesouro Nacional Jeferson Bittencourt, líder de Macroeconomia do Banco Asa, aponta que, no Orçamento de 2024, havia cerca de R\$ 55 bilhões de arrecadação prevista com o **Carf** e, no fim do ano, o governo arrecadou R\$ 300 milhões.

Havia uma projeção de receita com o **Carf** de R\$ 28 bilhões, e, em maio, passou para zero. Com isso, o mercado já não compra muito o anúncio do Orçamento, porque até a votação em dezembro, se ela ocorrer, ainda existe muita coisa que pode ser incluída na tramitação, explica.

Apesar de reconhecer como legítima a necessidade de o governo aumentar os gastos na assistência social e no combate à desigualdade, como o prometido em campanha, o economista Benito Salomão, professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), reconhece que o forte aumento dos gastos tributários revelam a dificuldade de qualquer governo lidar com a pauta fiscal.

Existem grupos influentes que são beneficiados por subsídios que oferecem resistência ao ajuste fiscal por essa rubrica. E o fato é que o governo não deve atacar essas questões, especialmente porque a pauta arrecadatória tem ajudado o governo a evitar essa questão, afirma.

Salomão destaca que o governo vem tendo uma forte ajuda dos ciclos econômicos, porque a atividade tem apresentando desempenho acima das estimativas do mercado desde a pandemia da covid-19. Para ele, na campanha política de 2026, será inevitável que os candidatos reconheçam o problema fiscal que exigirá controle de gastos a partir de 2027, sob o risco de cometerem um estelionato eleitoral.

Apesar de fazer projeções otimistas para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2026, o que ajuda a inflar as receitas, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026 foi enviado ao Congresso Nacional, em abril, com um buraco de

R\$ 118 bilhões, por conta de recursos incertos para que as contas fechem no azul. Desde então, o governo tenta medidas que aumentem a receita para tapar totalmente esse buraco.

Analistas ouvidos pelo Correio criticam a falta de ajuste fiscal pelo lado do gasto e criticam o excesso de medidas pelo lado da receita, como o recente aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e alertam para o encolhimento abrupto das despesas discricionárias, que podem ser cortadas, no Orçamento a partir de 2027, que coloca em xeque o arcabouço fiscal.

Mesmo incluindo essas receitas fictícias, o PLDO de 2026 previa um resultado primário negativo nas contas do governo central - que inclui Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central - em R\$ 16,9 bilhões, o equivalente a 0,12% do Produto Interno Bruto (**PIB**), mas com a permissão do Supremo

Tribunal Federal (STF) para abetar R\$ 55,1 bilhões em despesas com o pagamento de precatórios - dívidas judiciais que não cabe mais recurso -, o resultado fica positivo em R\$ 38,2 bilhões, nas projeções da proposta orçamentária.

E, com isso, o governo segue sem medidas importantes de ajuste fiscal pelo lado das despesas. Na semana passada, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, sinalizou o interesse do governo em reduzir em 10%, de forma linear, a conta total subsídios, que somou

R\$ 678,4 bilhões em 2024, ou 5,78% do **PIB** patamar acima da meta de 2% do **PIB** em até 2029.

Em 2021, quando a regra foi aprovada, apenas as despesas com renúncias tributárias eram estimadas em R\$ 307,9 bilhões, e, em 2026, o PLDO prevê que essa fatura passe para R\$ 620 bilhões - aumento de 101,7% em apenas cinco anos, na contramão do princípio da proposta. E nem mesmo o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que tinha um ministro da Economia considerado ortodoxo (Paulo Guedes), atacou essas despesas. Pelo contrário, ajudou a aumentar.

Em 2021, o gasto tributário cresceu para 5,25% do **PIB**, e saltou para 6,10% em 2022, último ano da gestão, que culminou com as chamadas pedaladas dos precatórios - dívidas judiciais que não cabe recurso.

A proposta de corte linear de 10% sinalizada por Tebet, contudo, é vista com ceticismo por analistas, porque o engessamento dos subsídios é elevado. Desse montante, 52,7% desses gastos tributários não podem ser mexidos porque estão protegidos por emenda constitucional, somando R\$ 298 bilhões - o equivalente a 2,5% do **PIB**. Entre eles, estão incentivos fiscais polêmicos, como o Simples Nacional e a Zona Franca de Manaus (ZFM), que estão entre as maiores despesas com gastos tributários.

Enquanto isso, a prometida agenda de revisão dos gastos de forma geral tem ficado de lado. Nos bastidores, o consenso é que não houve espaço para a implementação, que não tem apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da base governista. Analistas lembram que uma das principais promessas de campanha de Lula, a isenção do Imposto de Renda (IR) para os trabalhadores com renda mensal de até R\$ 5 mil, que está em tramitação no Congresso, ainda precisa de medidas compensatórias para o aumento de despesas obrigatórias em torno de R\$ 35 bilhões a R\$ 50 bilhões por ano.

Estimativas de analistas sobre os impactos da Medida Provisória 1303/2025, que tem como objetivo gerar as receitas necessárias para tapar esse novo buraco pode ser menores, não chegando R\$ 20 bilhões, a exemplo do que ocorreu com as projeções de receita com a volta do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, que foram superestimadas.

O ex-secretário do Tesouro Nacional Jeferson Bittencourt, líder de Macroeconomia do Banco Asa, aponta que, no Orçamento de 2024, havia cerca de R\$ 55 bilhões de arrecadação prevista com o **Carf** e, no fim do ano, o governo arrecadou R\$ 300 milhões. Havia uma projeção de receita com o **Carf** de R\$ 28 bilhões, e, em maio, passou para zero. Com isso, o mercado já não compra muito o anúncio do Orçamento, porque até a votação em dezembro, se ela ocorrer, ainda existe muita coisa que pode ser incluída na tramitação , explica.

Apesar de reconhecer como legítima a necessidade de o governo aumentar os gastos na assistência social e no combate à desigualdade, como o prometido em campanha, o economista Benito Salomão, professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), reconhece que o forte aumento dos gastos tributários revelam a dificuldade de qualquer governo lidar com a pauta fiscal.

Existem grupos influentes que são beneficiados por subsídios que oferecem resistência ao ajuste fiscal por essa rubrica. E o fato é que o governo não deve atacar essas questões, especialmente porque a pauta arrecadatória tem ajudado o governo a evitar essa questão , afirma.

Salomão destaca que o governo vem tendo uma forte ajuda dos ciclos econômicos, porque a atividade tem apresentando desempenho acima das estimativas do mercado desde a pandemia da covid-19. Para ele, na campanha política de 2026, será inevitável que os candidatos reconheçam o problema fiscal que exigirá controle de gastos a partir de 2027, sob o risco de cometerem um estelionato eleitoral .

**Site:**

**<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/08/7233712-desafio-do-governo-no-corte-em-beneficios-tributarios.html>**

# Blindagem no Legislativo barrou 216 apurações contra parlamentares

Ressuscitada pelo Congresso Nacional para reagira supostas investidas do Supremo Tribunal Federal (STF) após ficar enterrada por 24 anos, a previsão constitucional segundo a qual deputados e senadores só poderiam ser processados criminalmente quando houvesse autorização previa de suas respectivas Casas tem um histórico de impunidade na Câmara dos Deputados. Segundo levantamento feito pelo Valor com dados obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI), nenhuma das 216 solicitações da Corte foi atendida entre 1988 e 2001 pela Casa.

Dentre elas, três chegaram a ser autorizadas por comissões, mas não foram analisadas pelo plenário. Em vez disso, os deputados federais acabaram cassados. Agora, deputados ameaçam retomara exigência.

Ela vigorou de 1988 a 2001, quando foi derrubada pela Emenda Constitucional 35. Na prática, a necessidade de aval do Congresso levou a uma enxurrada de arquivamentos dos pedidos do STF para que deputados fossem processados.

O Congresso reavivou a discussão em torno do tema após o motim ocorrido no início do mês, quando parlamentares de oposição ao governo federal ocuparam as mesas do Senado e da Câmara. A ideia é avançar a PEC 3/2021, que foi articulada na esteira da prisão do ex-deputado Daniel Silveira. Nela, deputados querem inserir a obrigação de autorização prévia para blindar o Congresso de processos que avançam no Supremo.

A primeira licença para processar um parlamentar foi dada em 1991 pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, no caso do então deputado Jabes Rabelo. Um dos irmãos do congressista foi preso com 554 quilogramas de cocaína, maior apreensão da droga em estado puro feita no Brasil até então, segundo notícias da época. O familiar dele tinha uma carteira falsa de assessor parlamentar. Rabelo acabou cassado naquele ano. Ao se defender, ele negou a emissão do documento para o irmão.

Em 1992, foi a vez de Nobel Moura, acusado de receber propina para trocar de partido. Ele teve parecer da CCJ favorável à autorização de licença para ser processado, mas o caso foi encerrado porque o parlamentar foi cassado em 1993.

Em 1997, a CCJ aprovou a autorização para que o deputado Davi Alves Silva fosse processado. Ele teria falsificado documentos de identificação do antigo Instituto Nacional de **Previdência Social** (INPS). O objetivo seria garantir que pessoas recebessem benefícios, mesmo não tendo direito a eles. Ele foi assassinado na campanha eleitoral de 1998. Em depoimento no processo, ele negou que tenha fraudado as assinaturas.

Se a mera aprovação em comissões já se tratava de exceção, o mais comum era que os pedidos de investigação fossem arquivados ou ficassem parados na Câmara. Em outros casos, os deputados deixaram o mandato para evitar investigações no Supremo ou foram cassados. O resultado era o mesmo: as ações começavam a tramitar na primeira instância.

Um episódio famoso é o de Hildebrando Pascoal, acusado de participar de um grupo de extermínio e de narcotráfico internacional. Ele ficou conhecido como "deputado motosserra", por mandar desmembrar inimigos políticos. O pedido de licença para processar foi arquivado antes de começar a tramitar. Ele acabou cassado em 1999.

Alguns dos pedidos de licença prévia para processar deputados tramitaram durante anos até serem arquivados em 2001 por causa da aprovação da EC 35, que acabou com a exigência de aval do Congresso. O levantamento do Valor encontrou 25 casos assim.

Presidente da Câmara em 2001 e um dos principais articuladores da emenda que derrubou a autorização prévia, o deputado federal Aé-cio Neves (PSDB-MG) disse ao Valor que antes da mudança os parlamentares tinham um tratamento "completamente diferenciado dos demais cidadãos brasileiros". "Esses casos, principalmente o de Hildebrando, chamaram muita atenção. Derrubar a licença prévia parecia uma correção necessária a ser feita na Constituição. Não estava correto do jeito que estava", afirmou.

Segundo ele, a partir do fim da década de 90, havia intensa pressão popular e da imprensa contra a blindagem.

Três chegaram a ser autorizadas por comissões, mas não foram analisadas pelo plenário

gem dada aos parlamentares, o que ajudou na aprovação da emenda.

"Eu convenci que a EC era a favor do Congresso e que aquela proteção era esdrúxula. Tinha muito editorial na época também. Houve uma pressão política de fora para dentro. Isso ajudou. Eu visitei os editores dos jornais e mostrei que aquilo era positivo para a democracia e separaria o joio do trigo. Com a exigência do aval, era como se todos nós fôssemos "Hildbrandos" e tivéssemos alguma conta a pagar."

Sobre a possibilidade de a licença prévia voltar a valer, Aécio afirma que a Câmara está se deixando levar pelo "calor da emoção". "Quando aprovamos a EC, não foi para salvar ou prejudicar essa ou aquela pessoa, mas para corrigir um equívoco da Constituição. O assunto foi debatido amplamente. Agora, se mexe em favor de circunstâncias. Nunca é bom fazer uma mudança constitucional ao sabor de questões circunstanciais. É uma volta para o que, a meu ver, é um passo atrás", prossegue.

A partir da EC 35, o STF passou a dar ciência sobre o recebimento de denúncia contra deputados e senadores por crimes ocorridos após a diplomação do parlamentar. A medida permite que os congressistas suspendam a ação. Foi o caso do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), réu na ação da trama golpista. Ele teve o processo suspenso quanto a dois crimes que teriam sido cometidos após sua diplomação, embora ainda responda por golpe de Estado, organização criminosa armada e abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

Procurado por meio de sua defesa, Ramagem não comentou até o fechamento desta edição. O Valor não conseguiu o contato dos demais citados.

Ex-deputado federal e ministro aposentado do STF, Nelson Jobim tem visão diferente da de Aécio. Para ele, as mudanças promovidas pela EC 35 provocaram um "enfraquecimento das garantias parlamentares" e ocorreram em um momento de "grande efusividade em relação ao processamento de deputados, em face da existência de inúmeros processos sobre a questão dos anões [do Orçamento]".

A ideia de retomar o texto original da Constituição, afirma, ocorre em contexto envolvendo o grande número de inquéritos contra parlamentares e de decisões liminares do STF autorizando buscas e apreensões nas residências e gabinetes de deputados e senadores.

"Os parlamentares estão reagindo a esse modelo que estabeleceu um poder absoluto, enorme ao Supremo,

mas principalmente aos inquéritos policiais", afirmou. "As circunstâncias que hoje autorizam a mudança constitucional são as mesmas de 2001, e elas mostram que hoje precisamos voltar ao modelo anterior para não ficar um arbítrio muito grande", completou.

"Esses modelos não são verdadeiros nem falsos. Quem acha isso são aqueles que normalmente não vivem o problema. Mas as decisões parlamentares decorrem de circunstâncias de fato. A discussão vai acontecer, haverá emendas ao projeto e, se essa emenda for aprovada, você tem uma bagagem histórica de problemas para que você possa avaliar politicamente como se conduziras licenças", disse.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188311?page=1&section=1>

# CPMI do INSS deve superar a da Covid em iniciativas para investigar o roubo - NOS BASTIDORES DA POLÍTICA E DO PODER

**POR CLÁUDIO HUMBERTO**

O número de requerimentos já protocolados na CPI Mista que vai apurar a bandalheira no **INSS**, escândalo que derrubou o ministro de Lula Carlos Lupi (Previdência), mostra o tamanho da dor de cabeça reservada para Lula (PT). Foram mais de 800 pedidos, sendo que só houve uma sessão do colegiado que elegeu presidente e relator. O número deve superar sem demora os 1.577 requerimentos da CPI da Covid, que virou palanque e pouco fez além de gastar dinheiro.

Escolhidos a dedo

Apesar de suspeitas de sobra, como o escandaloso Consórcio Nordeste, a CPI da Covid só discutiu 1.068 requerimentos.

Prefeitos de fora

Foram desprezados pedidos, por exemplo, para prefeitos explicarem o gasto irregular de recursos federais em suposto combate à pandemia.

Nem pensar

Gigantes da indústria farmacêutica e o embaixador chinês estão entre os personagens poupados pela cúpula da CPI da Covid.

é pente fino

Na CPMI do **INSS**, seu presidente, senador Carlos Viana (Pode-MG), já avisou: ministros, ex-ministros e pelegos vigaristas irão depor.

Exército dos EUA é maior que latinos somados

As forças militares americanas têm cerca de 2 milhões de soldados, dos quais 1,3 milhão estão ativos e o restante pertence à reserva ou à Guarda Nacional. E não chegam a um milhão as forças somadas dos oito países da Organização do Tratado de Cooperação

Amazônica, cujo encontro em tom beligerante Lula (PT) participou na companhia do que há de pior, como o ditador da Venezuela e outros líderes da esquerda mais atrasada do mundo e seus discursos agressivos epatéticos.

Grande, mas pequeno

O Brasil e Colômbia somam 220 mil soldados no Exército, cada, com equipamentos militares modestíssimos e sucateados.

Ditador falastrão

A Venezuela tem pouco mais de 100 mil

soldados ativos. Mas o ditador Maduro diz contar com outros 500 mil de suas "milícias". Befe.

Do outro lado

A Guiana, cujo exército tem dois mil soldados, compreende que os EUA combatem grupos terroristas, como o cartel de drogas venezuelano.

Alerta de golpe

Parlamentares de oposição avaliam escalas de plantão a fim de evitarem algum tipo de golpe do PT e puxadinhos de esquerda para virar a mesa e retomar o controle da CPI Mista do **INSS**.

Gestação de golpe

Para Osmar Terra (MDB-RS), o presidente da Câmara, independente de quem seja, não pode ter poder para suspender deputados de forma unilateral. Ele adverte que isso, sim, colocaria em risco a democracia.

Risco de fracasso

A Cop29, última conferência do clima da ONU, foi realizada em Baku, capital do Azerbaijão, onde foram recebidas delegações de 193 países. O Brasil tem só

47 delegações confirmadas para a COP30, em Belém.

Lados se definem

O Cartel de los Soles, grupo criminoso venezuelano que para os EUA é liderado pelo ditador Nicolás Maduro, foi decretado organização terrorista internacional pelos governos do Paraguai e da Guiana.

Nannai Milagres

Considerado por muitos o melhor resort do Brasil, o Nannai investe em um dos destinos mais amados do brasileiro: São Miguel dos Milagres, Alagoas. O Nannai Milagres será inaugurado em março de 2026.

Boa pergunta

O senador Sergio Moro (União-PR) concorda com a defesa que fez o ministro do STF André Mendonça da necessidade pela autocontenção do poder Judiciário. "Onde estão a autocontenção e as virtudes passivas da composição majoritária do atual STF?", pergunta o ex-juiz.

Dado limitado

A Secretaria de Saúde de Fortaleza diz que, apesar da previsão, até abril nenhuma menina de 10 ou 11 anos recebeu o implante subdérmico contraceptivo (anticoncepcional). Foram 731 aplicações.

É só não acionar

Na Bahia, o ministro do STF Flávio Dino deu a dica para acabar com conflitos que possam envolver a Corte: "o Supremo não pode renunciar ao seu papel de julgar as questões que lhe são apresentadas".

Pergunta latina

Viver até os 120 anos é ameaça?

**Site:** <https://agazetadoamapa.com.br/wp-content/uploads/2025/08/Jornal-A-Gazeta-AP-24-e-25-08-2025.pdf>

# STF decide que guardas municipais não têm direito à aposentadoria especial do INSS; entenda

**Cristiane Gercina**

Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiram que guardas municipais não têm direito à aposentadoria especial do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), reafirmando posicionamento anterior da corte sobre o tema.

O pedido feito na ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 1.095 era para que guardas-civis municipais fossem equiparados aos demais agentes de segurança pública após o próprio Supremo ter incluído a categoria no Susp (Sistema Único de Segurança Pública).

No voto que conduziu o julgamento no plenário virtual da corte entre os dias 1º e 8 de agosto, o relator, ministro Gilmar Mendes, afirmou que a reforma da Previdência de 2019 estabeleceu um rol taxativo de categorias de agentes de segurança com direito à aposentadoria especial, no qual os guardas municipais não estão incluídos.

O posicionamento foi seguido pelos demais ministros, com exceção de Alexandre de Moraes, que votou contra. Para ele, a redação dada ao artigo 40 da Constituição na emenda constitucional 103/2019 abrange os guardas municipais e deve ser utilizada até que os municípios editem lei complementar específica sobre o tema.

De acordo com a advogada Adriane Bramante, do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), a decisão apenas confirma a jurisprudência já consolidada no STF, que não tende a mudar. "Essa discussão já estava pacificada. A tentativa de equiparar os guardas municipais aos policiais civis com base na lei 51, de 1985, já havia sido rejeitada anteriormente", afirma.

Segundo a especialista, embora haja expectativa de uma possível mudança com o julgamento do tema 1.209, que analisará o direito à aposentadoria especial para vigilantes, o entendimento que permanece é de que guardas municipais não têm direito a esse benefício.

"Se o STF decidir que vigilantes têm direito ao benefício, isso pode ter algum reflexo para os guardas municipais, mas, por ora, isso é apenas uma possibilidade", diz Adriane.

Desde 1997, o **INSS** não reconhece a periculosidade como fator suficiente para concessão de aposentadoria especial, e a reforma da Previdência também reforçou ainda mais este critério.

Adriane explica que única forma de reconhecer o direito à aposentadoria especial para guardas municipais seria com a aprovação de duas propostas que tramitam no Congresso, o projeto 42/2023 ou o PLC (projeto de lei complementar) 245/2019.

Para ela, a decisão atual do STF fecha as portas, ao menos por enquanto, para novas ações judiciais. "O momento não é de judicializar. Os guardas municipais terão que aguardar uma mudança legislativa. Até lá, a tendência é que a Justiça continue negando esses pedidos", afirma.

A decisão do STF não muda nada no que diz respeito à aposentadoria de guarda-civil municipal, já que a categoria não terá direito ao benefício especial como pretendia.

Os segurados que já estavam no mercado de trabalho na data em que a reforma da Previdência entrou em vigor se aposentam pelas regras de transição da reforma. Para novos contribuintes, há apenas a opção de aposentadoria por idade, com 65 anos, para os homens, ou 62 anos, para as mulheres.

Há três regras de transição: pedágio de 100% do tempo que faltava para se aposentar na data da reforma; aposentadoria por pontos, somando idade e tempo de contribuição; e benefício com idade mínima.

No benefício por pontos, em 2025, a pontuação exigida é de 102 pontos para os homens e 92 para as mulheres. Na idade mínima, a aposentadoria é concedida em 2025 para homens com no mínimo, 35 anos de contribuição ao **INSS** e mulheres, com 30 anos. A idade mínima exigida deles é de 64 anos e, delas, 59 anos. Essa idade sobe meio ponto a cada

ano.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

O projeto de lei 42/2023 propõe reduzir a idade mínima da aposentadoria especial para 40, 45 e 48 anos, dependendo do grau de exposição da atividade, se leve, moderado ou grave. Outro ponto é para que o benefício volte a ser integral, ou seja, de 100% da média salarial.

A regra atual institui idade mínima de 55, 58 e 60 anos para trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho após a reforma. O tempo de contribuição é de 15, 20 ou 25 anos. Para quem já estava no mercado, há uma regra de transição, de pontuação mínima.

São necessários 66, 76 ou 86 pontos, conforme o grau de exposição da atividade, ao somar idade e tempo de contribuição. O projeto também regulamenta quais agentes nocivos poderiam garantir o benefício especial.

Dentre alguns eles estão as atividades de mineração subterrânea, exposição ao sistema elétrico de potência de origem de fontes geradoras de linhas de transmissão, exposição ao amianto e atividades de vigilância, independente da exigência do uso de arma de fogo.

Todo profissional que comprove trabalho em exposição constante a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde pode ter direito à aposentadoria especial.

Até 13 de novembro de 2019, quando a reforma da Previdência passou a valer, o segurado que trabalhava em condições prejudiciais à saúde poderia se aposentar mais cedo do que os outros trabalhadores se comprovasse o tempo mínimo em atividade especial. Não era preciso ter idade mínima.

Eram exigidos 15, 20 ou 25 anos de contribuição. A média salarial era obtida a partir dos 80% maiores salários desde julho de 1994. Caso não atingisse as condições, o trabalhador poderia converter o tempo especial em comum antecipar a aposentadoria do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Com a reforma, as regras mudaram. Para quem estava no mercado de trabalho, mas não atingiu os requisitos até 13 de novembro de 2019, é preciso obter uma pontuação mínima, que soma idade e tempo de contribuição.

Já para o trabalhador que entrou no **INSS** depois da reforma, a aposentadoria especial só será possível após completar a idade mínima exigida conforme o grau de exposição, além de ter o tempo mínimo de contribuição especial.

O trabalho em condição especial após 13 de novembro de 2019 não pode mais ser convertido para diminuir o tempo de contribuição da aposentadoria comum.

São agentes biológicos, químicos, cancerígenos, ruído, calor e radiação ionizante, entre outros, que podem estar presentes nas seguintes atividades, por exemplo:

Químico

Técnico em laboratório de análises

Técnico em raio-X

Enfermeiro

Médico

Gráfico

Estivador

Minerador

Metalúrgico

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/08/stf-decide-que-guardas-municipais-nao-tem-direito-a-aposentadoria-especial-do-inss-entenda.shtml>

# Supremo prepara transição de Barroso para Fachin em meio a desafios institucionais

O STF (Supremo Tribunal Federal) se prepara para a troca de comando: nesta sexta-feira (29), o ministro Edson Fachin assume a presidência da Corte para o biênio 2025-2027, sucedendo Luís Roberto Barroso, que encerra uma gestão marcada por avanços tecnológicos e defesa da democracia.

A eleição que definiu Fachin para o cargo seguiu a tradição da Corte, baseada na ordem de antiguidade, e ocorreu de forma simbólica e unânime em sessão administrativa virtual. O ministro Alexandre de Moraes será o vice-presidente.

Durante dois anos no comando do STF, Barroso consolidou mudanças estruturais e medidas de inovação. Sob sua liderança, o Supremo reduziu o acervo processual ao menor nível em três décadas, impulsionado pelo uso do Plenário Virtual e pela adoção de inteligência artificial em processos, com sistemas como Victor, Rafa e o projeto Galileu.

A comunicação com a sociedade também foi prioridade. O serviço "Informação à Sociedade" passou a oferecer resumos acessíveis das decisões, aproximando a Corte do cidadão comum. Na área ambiental, Barroso lançou o programa STF + Sustentável, implantando uma usina fotovoltaica e eliminando o uso de plásticos descartáveis.

Entre os julgamentos relevantes da gestão estão a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal (até 40g), decisões sobre a Reforma da Previdência, a revisão da "vida toda" do **INSS** e ações envolvendo proteção das florestas. Barroso também defendeu políticas de inclusão no Judiciário, como o Exame Nacional da Magistratura.

No encerramento do mandato, o ministro reforçou a autonomia do Supremo em meio à crise diplomática com os Estados Unidos: "O STF permanecerá firme como guardião da Constituição", declarou.

Fachin assume a presidência com um perfil mais técnico e promessa de gestão discreta e institucional, voltada ao diálogo com os demais Poderes. Contudo, inicia o mandato diante de uma agenda sensível: o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e aliados por tentativa de golpe, além de debates sobre soberania nacional, pressões internacionais e pautas polêmicas, como meio ambiente, direitos sociais e

costumes.

Para a advogada Nara Ayres Britto, coordenadora do curso de Direito do Ibmec Brasília, a expectativa é de uma gestão mais contida. "Fachin deve reforçar o papel do Supremo como guardião da Constituição, atuando com autocontenção e deixando para a arena política o que é da política", prevê.

Já o cientista político André César, da Hold Assessoria Legislativa, chama a atenção para a importância do perfil técnico do ministro. "Ele tem menos protagonismo político, o que pode ajudar a restabelecer pontes com os demais Poderes. A habilidade de dialogar será crucial neste momento", ressalta.

Qual é a mudança de comando no STF e quem assume a presidência?

O STF se prepara para a troca de comando, com o ministro Edson Fachin assumindo a presidência da Corte para o biênio 2025-2027, sucedendo Luís Roberto Barroso.

Como foi a eleição de Fachin para a presidência do STF?

A eleição que definiu Fachin para o cargo seguiu a tradição da Corte, baseada na ordem de antiguidade, e ocorreu de forma simbólica e unânime em uma sessão administrativa virtual. O ministro Alexandre de Moraes será o vice-presidente.

Quais foram os principais avanços durante a gestão de Barroso no STF?

Durante sua gestão, Barroso consolidou mudanças estruturais e inovações, reduzindo o acervo processual ao menor nível em três décadas, utilizando o Plenário Virtual e inteligência artificial em processos. Também priorizou a comunicação com a sociedade, oferecendo resumos acessíveis das decisões e lançou o programa STF + Sustentável.

Quais julgamentos relevantes ocorreram sob a presidência de Barroso?

Entre os julgamentos relevantes estão a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal, decisões sobre a Reforma da Previdência, a

revisão da "vida toda" do **INSS** e ações envolvendo a proteção das florestas. Barroso também defendeu políticas de inclusão no Judiciário.

Qual foi a declaração de Barroso ao encerrar seu mandato?

No encerramento do mandato, Barroso reforçou a autonomia do Supremo, afirmando: "O STF permanecerá firme como guardião da Constituição".

Qual é o perfil e as promessas de gestão de Fachin?

Fachin assume a presidência com um perfil mais técnico e promete uma gestão discreta e institucional, focada no diálogo com os demais Poderes, mas enfrenta uma agenda sensível, incluindo o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e questões polêmicas.

O que especialistas esperam da gestão de Fachin?

A advogada Nara Ayres Britto espera uma gestão mais contida, reforçando o papel do Supremo como guardião da Constituição. O cientista político André César destaca a importância do perfil técnico de Fachin, que pode ajudar a restabelecer pontes com os demais Poderes, ressaltando a habilidade de dialogar como crucial neste momento.

Fique por dentro das principais notícias do dia no Brasil e no mundo. Siga o canal do R7 , o portal de notícias da Record, no WhatsApp

**Site: <https://noticias.r7.com/brasil/stf-prepara-transicao-de-barroso-para-fachin-em-meio-a-desafios-institucionais-25082025/>**

# Pagamentos do INSS de agosto começam hoje; veja cronograma de depósitos

## *Colaboração para o UOL*

Os pagamentos dos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) referentes ao mês de agosto começam nesta segunda-feira (25). Os repasses seguirão a ordem do número final do benefício (sem considerar o dígito que aparece após o traço), mantendo o sistema já adotado para garantir maior organização e regularidade no processo.

Os segurados que recebem até um salário mínimo terão os valores liberados entre 25 de agosto e 5 de setembro. Já aqueles com rendimentos acima do piso nacional terão os créditos efetuados entre 1º e 5 de setembro.

Atualmente, o **INSS** realiza mensalmente mais de 40 milhões de pagamentos. Desse total, cerca de 28,2 milhões vão para beneficiários que recebem até o salário mínimo, enquanto aproximadamente 12,3 milhões são destinados a quem recebe valores superiores.

Para consultar a data correta do repasse, é necessário verificar o penúltimo dígito do número do benefício, sem levar em conta o verificador. Informações adicionais podem ser acessadas pelo site ou pelo aplicativo Meu **INSS**, utilizando CPF e senha vinculados ao Gov.br.

Quem tiver dúvidas pode entrar em contato com a Central 135, que oferece atendimento automático todos os dias e suporte humano em horário comercial.

Também é possível consultar o extrato de pagamento, revisar dados cadastrais e acessar outros serviços diretamente pelo Meu **INSS**, por meio da ferramenta de busca disponível na plataforma.

## **Site:**

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/08/25/inss-de-agosto-comeca-a-ser-pago-na-proxima-semana-veja-calendario.htm>

# STF decide que guardas municipais não têm direito à aposentadoria especial do INSS; entenda (Previdência)

**Cristiane Gercina**

Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiram que guardas municipais não têm direito à aposentadoria especial do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), reafirmando posicionamento anterior da corte sobre o tema.

O pedido feito na ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 1.095 era para que guardas-civis municipais fossem equiparados aos demais agentes de segurança pública após o próprio Supremo ter incluído a categoria no Susp (Sistema Único de Segurança Pública).

No voto que conduziu o julgamento no plenário virtual da corte entre os dias 1º e 8 de agosto, o relator, ministro Gilmar Mendes, afirmou que a reforma da Previdência de 2019 estabeleceu um rol taxativo de categorias de agentes de segurança com direito à aposentadoria especial, no qual os guardas municipais não estão incluídos.

O posicionamento foi seguido pelos demais ministros, com exceção de Alexandre de Moraes, que votou contra. Para ele, a redação dada ao artigo 40 da Constituição na emenda constitucional 103/2019 abrange os guardas municipais e deve ser utilizada até que os municípios editem lei complementar específica sobre o tema.

De acordo com a advogada Adriane Bramante, do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), a decisão apenas confirma a jurisprudência já consolidada no STF, que não tende a mudar. "Essa discussão já estava pacificada. A tentativa de equiparar os guardas municipais aos policiais civis com base na lei 51, de 1985, já havia sido rejeitada anteriormente", afirma.

Segundo a especialista, embora haja expectativa de uma possível mudança com o julgamento do tema 1.209, que analisará o direito à aposentadoria especial para vigilantes, o entendimento que permanece é de que guardas municipais não têm direito a esse benefício.

"Se o STF decidir que vigilantes têm direito ao benefício, isso pode ter algum reflexo para os guardas municipais, mas, por ora, isso é apenas uma possibilidade", diz Adriane.

Desde 1997, o **INSS** não reconhece a periculosidade como fator suficiente para concessão de aposentadoria especial, e a reforma da Previdência também reforçou ainda mais este critério.

Adriane explica que única forma de reconhecer o direito à aposentadoria especial para guardas municipais seria com a aprovação de duas propostas que tramitam no Congresso, o projeto 42/2023 ou o PLC (projeto de lei complementar) 245/2019.

Para ela, a decisão atual do STF fecha as portas, ao menos por enquanto, para novas ações judiciais. "O momento não é de judicializar. Os guardas municipais terão que aguardar uma mudança legislativa. Até lá, a tendência é que a Justiça continue negando esses pedidos", afirma.

A decisão do STF não muda nada no que diz respeito à aposentadoria de guarda-civil municipal, já que a categoria não terá direito ao benefício especial como pretendia.

Os segurados que já estavam no mercado de trabalho na data em que a reforma da Previdência entrou em vigor se aposentam pelas regras de transição da reforma. Para novos contribuintes, há apenas a opção de aposentadoria por idade, com 65 anos, para os homens, ou 62 anos, para as mulheres.

Há três regras de transição: pedágio de 100% do tempo que faltava para se aposentar na data da reforma; aposentadoria por pontos, somando idade e tempo de contribuição; e benefício com idade mínima.

No benefício por pontos, em 2025, a pontuação exigida é de 102 pontos para os homens e 92 para as mulheres. Na idade mínima, a aposentadoria é concedida em 2025 para homens com no mínimo, 35 anos de contribuição ao **INSS** e mulheres, com 30 anos. A idade mínima exigida deles é de 64 anos e, delas, 59 anos. Essa idade sobe meio ponto a cada

ano.

O projeto de lei 42/2023 propõe reduzir a idade mínima da aposentadoria especial para 40, 45 e 48 anos, dependendo do grau de exposição da atividade, se leve, moderado ou grave. Outro ponto é para que o benefício volte a ser integral, ou seja, de 100% da média salarial.

A regra atual institui idade mínima de 55, 58 e 60 anos para trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho após a reforma. O tempo de contribuição é de 15, 20 ou 25 anos. Para quem já estava no mercado, há uma regra de transição, de pontuação mínima.

São necessários 66, 76 ou 86 pontos, conforme o grau de exposição da atividade, ao somar idade e tempo de contribuição. O projeto também regulamenta quais agentes nocivos poderiam garantir o benefício especial.

Dentre alguns eles estão as atividades de mineração subterrânea, exposição ao sistema elétrico de potência de origem de fontes geradoras de linhas de transmissão, exposição ao amianto e atividades de vigilância, independente da exigência do uso de arma de fogo.

Todo profissional que comprove trabalho em exposição constante a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde pode ter direito à aposentadoria especial.

Até 13 de novembro de 2019, quando a reforma da Previdência passou a valer, o segurado que trabalhava em condições prejudiciais à saúde poderia se aposentar mais cedo do que os outros trabalhadores se comprovasse o tempo mínimo em atividade especial. Não era preciso ter idade mínima.

Eram exigidos 15, 20 ou 25 anos de contribuição. A média salarial era obtida a partir dos 80% maiores salários desde julho de 1994. Caso não atingisse as condições, o trabalhador poderia converter o tempo especial em comum antecipar a aposentadoria do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Com a reforma, as regras mudaram. Para quem estava no mercado de trabalho, mas não atingiu os requisitos até 13 de novembro de 2019, é preciso obter uma pontuação mínima, que soma idade e tempo de contribuição.

Já para o trabalhador que entrou no **INSS** depois da reforma, a aposentadoria especial só será possível após completar a idade mínima exigida conforme o grau de exposição, além de ter o tempo mínimo de

contribuição especial.

O trabalho em condição especial após 13 de novembro de 2019 não pode mais ser convertido para diminuir o tempo de contribuição da aposentadoria comum.

São agentes biológicos, químicos, cancerígenos, ruído, calor e radiação ionizante, entre outros, que podem estar presentes nas seguintes atividades, por exemplo:

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/08/stf-decide-que-guardas-municipais-nao-tem-direito-a-aposentadoria-especial-do-inss-entenda.shtml>

# MUDANÇA PARA JUÍZES

## IVAN MARTÍNEZ-VARGAS

Relator da Reforma Administrativa na Câmara, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) vai incorporar ao texto uma proposta que proíbe a aposentadoria compulsória como forma de punição a juizes e promotores. Ao mesmo tempo, irá abrir a possibilidade de demissão desses profissionais por meio de processo administrativo disciplinar.

Pelas regras atuais, juizes e membros do Ministério Público se tornam vitalícios e só perdem o posto por sentença judicial transitada em julgado. No caso dos magistrados, a aposentadoria compulsória é uma sanção aplicada pelo tribunal onde atuam. A decisão é por maioria absoluta dos membros ou também pode ser aplicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em ambos os casos, o juiz é afastado das suas funções, mas passa a receber aposentadoria. Há também punições administrativas, como advertência.

O texto de Pedro Paulo, que ainda não foi oficialmente apresentado, reúne 70 medidas distribuídas em quatro eixos: estratégia, governança e gestão; transformação digital; profissionalização do serviço público; e combate a privilégios.

## TEXTO NA PRÓXIMA SEMANA

O projeto deve ser apresentado pelo deputado na semana que vem, e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) tem dito que a pauta é uma de suas prioridades. O texto traz propostas em temas como regras para teletrabalho e concursos (leia mais no quadro ao lado).

O item que trata do fim da aposentadoria compulsória está no eixo de redução de privilégios, ao qual O GLOBO teve acesso. Pedro Paulo afirma que a intenção é corrigir algo que chama de "prêmio para quem comete má conduta". A reforma vai aproveitar os termos de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) já apresentada pelo ex-senador e ministro do Supremo Tribu-

nal Federal Flávio Dino.

-Hoje se um juiz rouba e é condenado, sua punição é uma aposentadoria compulsória com vencimentos elevados. Não tem razão para ser assim, essa punição é praticamente um prêmio. A ideia é passar a instituir PAD (Processo Administrativo Disciplinar) e que uma

decisão de colegi-ado do CNJ ou do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) levem

à demissão, sem remuneração -explica o relator.

Dos 135 magistrados punidos entre 2008 e abril de 2024, a maioria (59%) foi aposentada compulsoriamente, de acordo com levantamento da ONG Fiquem Sabendo com dados do CNJ. Nenhum deles foi demitido.

O relatório deverá propor, ainda, um período de desincompatibilização de seis meses a um ano para que membros de associações de classe possam se candidatar a vagas do CNJ e do CNMP. A medida, segundo o relator, visa a reduzir eventuais conflitos de interesses nos dois órgãos, que entre outras funções disciplinam os benefícios a que têm direito os integrantes do Judiciário e do MP.

- O CNJ e o CNMP são conselhos responsáveis por decisões que necessitam de independência, estipulam medidas correccionais, não deveriam ter a predominância de interesses corporati-vistas -defende o relator.

Essas propostas se somam a outras já anunciadas pelo deputado como a proibição de férias acima de 30 dias ao ano para **servidores públicos** (hoje, juizes e promotores têm 60 dias ao ano) e o fim da concessão de remuneração adicional de férias superior a um terço dos salários.

## TETO SALARIAL

Outra proposta no eixo de redução de privilégios é a intenção de "limitar a profusão de criação de verbas de caráter disfarçado de indenização para ultrapassar o teto e não pagar Imposto de Renda". A ideia é colocar na legislação uma definição mais fechada do que seriam verbas indenizatórias pagas a **servidores públicos**.

A maioria dos chamados penduricalhos é instituída como verbas de caráter indenizatório. Esses benefícios não estão sujeitos ao teto constitucional dos salários públicos (equivalente à remuneração de ministro do STF, atualmente R\$ 46.366,19), e não incidem sobre eles o Imposto de Renda. Há, ainda, a proposta de instituir um teto de gastos para essas verbas. A ideia é estipular como máximo as despesas realizadas no ano de 2020 corrigidas pela **inflação** do período.

Pedro Paulo também vai propor acabar com a possibilidade de que uma carreira do serviço público consiga a extensão de benefícios e vantagens específicas de outra carreira usando os argumentos de simetria constitucional e paridade.

## HONORÁRIOS PÚBLICOS

O relatório também deve tratar de fundos paracuste-ar benefícios econômicos a categorias do funcionalismo. Uma das propostas é proibir a criação de novos fundos para pagamento de remunerações e benefícios. Os existentes, contudo, continuariam. Também está previsto que todos os fundos com essa finalidade tenham caráter público. Com isso, passariam a ser fiscalizados pelos tribunais de contas e teriam seus dados públicos.

O recebimento de honorários de sucumbência - valores pagos pela parte que perde um processo aos advogados da parte que ganhou a ação -a advogados públicos também seria disciplinado.

- Minha proposta mantém a possibilidade dos advogados públicos receberem honorários de sucumbência, mas desde que os critérios de distribuição desses valores sejam mais transparentes e efetivamente voltados aos advogados que trabalharam na causa que gerou os honorários -diz o relator.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Incentivos tributários precisam ser revistos - BRUNO CARAZZA

**BRUNO CARAZZA**

Otimização perfeito, porém começam a surgir no Congresso conversas importantes para buscar soluções para se evitar o iminente colapso fiscal já contratado para o início do próximo governo, antes que seja tarde demais.

A sabedoria política recomenda que grandes reformas, por mais que aquelas impopulares, sejam propostas e discutidas no primeiro ano de mandato. Com a popularidade em nível máximo e contando com a boa vontade dos partidos que querem desfrutar das delícias do poder, presidentes recém-eleitos conseguem avançar propostas que impõem perdas a grupos específicos, em prol do bem comum.

Aconteceu assim com a onda de PECs liberalizantes no início do governo FHC, a reforma da previdência dos **servidores públicos** (Lula I), o encaminhamento da lei de cotas e a criação do fundo de **previdência complementar** dos servidores (Dilma I), a aprovação do teto de gastos e as discussões que levaram à reforma trabalhista (**Temer**), a segunda reforma da previdência (Bolsonaro) e a recente reforma tributária do consumo (Lu la 111).

No entanto, a fúria reformista dos primeiros meses vai cedendo à medida que o capital político se esvai e a nova gestão se acomoda ao rame-rame da condução das políticas públicas e consome sua energia lidando com as recorrentes crises com os demais Poderes.

Na próxima semana o governo Lula III entra no terço final do seu mandato. A esta altura, com Trump tocando o terror nas relações internacionais e a política interna dominada pelo julgamento de Bolsonaro e seus asseclas, o líder petista espera no máximo aprovar o projeto de isenção do imposto de renda para quem recebe até R\$5 mil por mês - feito importante não apenas para diminuir a regressividade da tributação da renda, como principalmente para impulsionar a popularidade no ano eleitoral.

Em outra direção, sua própria equipe econômica alerta, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), para o quase completo estrangulamento das contas públicas a partir de 2027. Além do crescimento explosivo da dívida pública, as atuais regras de reajuste de benefícios tendem a consumir quase

totalidade dos recursos disponíveis para a execução de gastos discricionários (aqueles que permitem ao presidente implementar políticas para imprimir sua marca junto à população).

Em condições normais, o problema seria empurrado com a barriga até que o horizonte político se definisse com as eleições de 2026. Entretanto, pela gravidade da situação, começa a se construir uma sintonia entre lideranças do Executivo e do Legislativo que pode pavimentar o caminho para a formação de acordos sobre dois importantes itens dessa agenda.

Na semana passada comentei aqui os principais pontos do projeto de reforma administrativa, que deve ser apresentado em breve pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) e que contou com importantes contribuições da equipe do Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos, da ministra Esther Dweck. Embora a melhoria fiscal não seja a principal justificativa para uma ampla modernização das regras do funcionalismo, o pacote de medidas para combater os supersalários de algumas carreiras tem o potencial de gerar dezenas de bilhões de reais de economia nos próximos anos.

Para completar, será realizado nesta terça-feira (26) na Câmara dos Deputados o evento "Gastos Tributários: caminhos para a eficiência", organizado pelo Tribunal de Contas da União, a entidade MaisProgresso.org e as consultorias de orçamento da Câmara e do Senado. Participarão do debate os deputados Mauro Bcnevides Filho (PDT-CE), Pedro Paulo (PSD-RJ), Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), Adriana Ventura (Novo/SP), além do secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, a subsecretária de Política Fiscal do Ministério da Fazenda, Débora Freire Cardoso, e o consultor de orçamento do Senado Fernando Moutinho.

Gastos tributários são incentivos concedidos pelo Estado para alcançar algum objetivo de política pública por meio de isenções e regimes tributários especiais. Estima-se que representem, só no âmbito federal, pelo menos R\$ 544,5 bilhões em 2025, o que significa mais do que o triplo do orçamento do Bolsa Família ou o dobro de todos os investimentos públicos previstos para este ano.

É muito dinheiro que o governo abre mão todos os

anos com baixo retorno para a sociedade. Em relatório que será divulgado no evento, o TCU avaliou os 16 principais programas de gastos tributários, que representam 91 % do total dos recursos, entre eles o Simples, a Zona Franca de Manaus, as isenções para filantropia e as deduções do imposto de renda. A constatação é que 15 deles apresentam risco alto ou médio em termos de falhas de governança, lacunas no monitoramento e ineficácia de resultados.

Tanto o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quanto os presidentes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre, já destacaram a necessidade de se rever muitos desses benefícios tributários.

Com o evento que se realiza nesta terça, espera-se que sejam lançadas as bases para um debate sério para se fechar muitos desses grandes ralos de dinheiro público.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188311?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188311?page=1&section=1)**

# H&M revê modelo e Brasil entra no radar

**Adriana Mattos De São Paulo**

Segunda maior rede de moda do mundo, atrás da Zara, a sueca H M abriu a sua primeira loja no país no sábado (23), num cenário de maior protecionismo global e pressão inflacionária, que a afeta diretamente, mas abre espaço estratégico para uma expansão mais acelerada na América Latina, especialmente no Brasil.

No exterior, a rede fecha lojas e cresce pouco (a receita subiu 1% de dezembro a maio), e foca em reorganizar o negócio e rever prioridades- um projeto global de gestão. "Nós paramos de fazer coisas que não fazem diferença para o cliente, para a rede, e estamos investindo naquilo que pode fazer diferença. E vemos uma oportunidade aqui", disse em entrevista ao Valor, na sexta-feira (22), Daniel Ervér, CEO do grupo.

Para 2025, o plano é abrir cerca de 80 novas lojas no mundo, a maioria em mercados em crescimento, como o Brasil. Cerca de 200 serão fechadas neste ano, em economias maduras, segundo o balanço publicado em junho. O grupo perdeu vendas nos países nórdicos e na Europa Oriental.

No Brasil, a primeira loja, no Shopping Iguatemi (localizada em frente da unidade de C A), tem cerca de 2 mil m<sup>2</sup> e vende apenas a coleção feminina, pela limitação física. Já o site, no sábado, oferecia peças masculinas e frete grátis, além de pagamento em até seis vezes sem juros, segundo simulações do Valor. Mas havia instabilidade na loja virtual de manhã, com lentidão na hora do pagamento. A entrega na capital paulista chegava a levar 5 dias úteis para zonas sul e oeste. Em redes como Renner e C A, no sábado, isso variava entre 2 e 8 dias úteis.

Estão previstas mais três inaugurações neste ano: no Anália Franco (4 de setembro), com 2 mil m<sup>2</sup> e sortimento mais amplo; Morumbi Shopping (sem data), ambos na capital; e no Parque Dom Pedro Shopping, em Campinas (SP), também sem data.

Ainda foi alugado um centro de distribuição em Extrema (MG), com 25 mil m<sup>2</sup> - pequeno para os padrões de Renner, C A e Riachuelo, mas a área pode atingir 40 mil m<sup>2</sup> no curto prazo. Deve atender São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, focos iniciais de expansão do grupo.

A intenção é que o país se transforme num negócio maior que o México, e o principal da América Latina, e

um dos motores de expansão em vendas, com magro crescimento frente ao posicionamento atual do grupo, relatado em teleconferências de resultados recentes, de ganhar rentabilidade, ainda que isso afete o volume.

No mendeado mexicano, a H M levou 13 anos para atingir as 67 lojas atuais - por aqui, seu plano avançar (há diferentes projeções internas, mais e menos arrojadas, diz uma fonte), seriam até 20 lojas em dois anos, segundo um dos parceiros de shoppings da rede.

Questionado sobre a projeção, o CEO fala pouco. Diz que a rede não fará uma entrada "oportunista" e que a expansão focará no Sudeste inicialmente, e sinaliza aceleração maior das aberturas em dois anos. Ainda diz que são 350 empregados hoje, e serão 550 ao fim do ano. Perguntado sobre o risco de a H M repetir o histórico de cadeias estrangeiras no país, que entraram fazendo estardalhaço e reduziram o ímpeto por questões de custos e instabilidade econômica, Ervér saiu em defesa do plano. Foram 4 anos de viagens intensas entre Brasil e a sede da empresa sueca, antes de baterem o martelo.

"Tenho minha crença e convicção pessoal. Estamos dedicando nosso tempo para ouvir e aprender, para garantir que não nos tornemos mais uma marca global que tenta entrar de forma oportunista. E estamos aqui para ficar. E é por isso que levamos um tempo".

Em 2014, a rede chegou a analisar a entrada no país, mas a recessão do governo de Dilma Rousseff, e sem a perspectiva de avanço na **reforma tributária**, que reduziria custos fiscais, o projeto foi postergado.

Hoje, o país aparece mais no fim da fila de investimentos na América Latina. Há 10 países na região, como México, Chile, Peru, Colômbia, Guatemala e República Dominicana. Nessa lista, o Brasil ficou na frente de El Salvador, Venezuela e Paraguai com aberturas em 2025 e 2026.

Sobre o complexo sistema de **impostos** sobre consumo local, outro executivo da rede, Magnus Olson, gerente de Hemisfério Sul, cita a **reforma tributária** e a estabilidade econômica como positivas.

Ervér ainda afirma que, pela primeira vez na história, a inauguração ocorre já com produtos fabricados localmente à venda - todos os calçados da loja são nacionais, assim como parte da moda praia. Ainda há

espaço para ampliar atuação nas áreas em que o país é competitivo, como jeans, apesar da estrutura gigantesca de compra global. A empresa vendeu US\$ 22 bilhões em 2024 e soma 1,6 mil fábricas parceiras. "Queremos aumentar nossa participação em itens locais, e no que pudermos, se for mais competitivo, vamos fazê-lo", afirma Olsson.

"Donos de shoppings estão enlouquecidos atrás deles", disse uma fonte do setor. "Grupos de capital fechado, como a JCPM, já estiveram na primeira loja, e foi um "entra e sai" de gente no Iguatemi nos últimos dias. A H M está com a faca e o queijo nas mãos", afirma o especialista.

"Mas é bom lembrar, mal comparando, que vimos o mesmo com Fore-ver 21. Havia filas na frente das lojas, e teve shopping que chegou a pagar R\$ 4 milhões de "allowence" [subsídio] para eles abrirem loja", diz. "A H M não é a Forever 21, mas é sempre bom esperar o plano andar para ver o que avança", disse. A Forever 21 deixou o mercado brasileiro em 2022, por conta de uma crise financeira no exterior.

Discreta e bilionária, a família Persson fundou em 1947 a H M , sigla de Hennes Mauritz, nome das primeiras marcas que formaram o negócio. A cadeia se expandiu vendendo coleções acessíveis, em parcerias estratégicas quando poucos seguiam essa trilha (de Stella McCartney, Roberto Cavalli, à Alexander Wang), sempre a "preço justo", como costuma dizer.

Boa parte das coleções do grupo no mundo vem de China, Bangladesh, Vietnã e Camboja. Inclusive, apesar de alguns itens nacionais, a maioria das peças dispostas nas araras da loja, no sábado, veio da Ásia.

Também vêm de lá os produtos das plataformas asiáticas que operam no país, como Shein, Temu e AliExpress - a rede sueca já concorre com esses sites em outros mercados, e evita ceder à guerra por mercado. Como está posicionada num patamar de preços mais alto, não crê em competição direta.

"Protegemos a marca disso. É nisso que nos concentramos tanto. É claro que isso é cultura interna, mas também é nossa ideia de negócio focar constantemente no produto, dessa forma nos destacamos e nos protegemos", diz Olsson.

Sobre preços no Brasil, a rede tem vendido calças jeans de diferentes modelos de R\$ 199 e R\$ 249, bolsas tamanho pequeno de couro sintético por R\$ 200 e tops de algodão por de R\$ 99 a R\$ 139 - o que coloca a marca, na visão de analistas de bancos ouvidos, numa faixa de preços entre Zara e Renner.

O comando nega que vá se tornar "premium" no país por causa de custos locais, que encareceriam a marca, como ocorreu com a Zara, e reforça a ideia de oferecer "moda acessível", diz Olsson - o que poderia exigir investimentos em preço e menores margens iniciais.

Para Luiz Marinho, sócio-diretor da Gouvêa Malls, a empresa deve enfrentar mais dificuldades para se estabelecer no Brasil do que cinco ou dez anos atrás. "O mercado de moda no Brasil está mais complexo, profissional e competitivo. Renner, C A e Riachuelo reagiram nos últimos anos, integraram negócios, conhecem bem o consumidor, têm base de dados com milhões de clientes. Não vai ser tão fácil para a H M", afirma.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20250825>

# Recurso liberado para investir

As empresas que acessarem a linha de crédito de R\$ 30 bilhões liberada pelo governo Lula para enfrentar o impacto do tarifaço do governo Donald Trump poderão usar o dinheiro também para novos investimentos.

O secretário de Desenvolvimento Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Wallace Moreira, diz que a linha não está restrita ao capital de giro (valor necessário para a empresa funcionar) e que investimentos poderão ser feitos em diversificação produtiva para a busca de novos clientes em outros mercados.

"Vai permitir que todas as empresas tenham um programa estratégico de diversificação de mercado", diz o secretário da pasta comandada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. Segundo ele, esse ponto ainda é pouco conhecido pelas empresas, principalmente as médias e pequenas que exportam para o mercado norte-americano.

A busca de novos mercados para venda dos produtos brasileiros faz parte da linha de ação do governo para enfrentar os efeitos da sobretaxa de 50% imposta pelos Estados Unidos. Moreira chama atenção para a importância do Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE) para ampliar o alcance das operações de empréstimo aos exportadores.

Criado em 2012, o fundo nunca recebeu aportes. Agora, será capitalizado em R\$ 1,5 bilhão pelo Tesouro Nacional para começar, na prática, a funcionar com a gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dando suporte ao Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

O FGE foi criado para cobrir riscos em operações de crédito a vendas ao exterior e reformulado para atender as empresas neste momento. O fundo tem hoje um superávit de R\$ 50 bilhões, dos quais R\$ 30 bilhões serão direcionados à nova linha de crédito para exportadores.

"Com o aporte a esse fundo, todo o risco de crédito que recairia sobre o FGE será compartilhado com o FGCE", explica Moreira. Segundo ele, o FGCE permite que as instituições financeiras que tenham acesso ao fundo possam também assumir uma parcela desse risco.

O início da liberação do crédito ainda depende de algumas etapas, como a regulamentação de medidas, a aprovação do projeto de lei complementar

apresentado pelo petista e líder do governo no Senado, Jaques Wagner (BA), além da aprovação pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) dos valores das taxas de juros subsidiadas das operações.

O projeto de Jaques Wagner precisa estar aprovado para a liberação da linha porque ele autoriza o aporte de recursos no Fundo Garantidor de Operações (FGO) e no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), destinados à cobertura de operações de crédito relacionadas ao apoio a pessoas físicas e jurídicas exportadoras e seus fornecedores.

As duas medidas são necessárias para que empreendedores de menor porte econômico e mais vulneráveis aos impactos negativos do choque tarifário tenham acesso a linhas de crédito de baixo custo direcionadas para o apoio a exportadores e seus fornecedores. O aporte de recursos no FGCE também depende da aprovação do projeto.

18 portarias necessárias O secretário informou que serão necessárias 18 portarias, que já estão prontas e devem ser publicadas nos próximos dias.

A regulamentação é que trará os critérios de acesso ao crédito mais barato, que dependerá do nível de dependência das vendas da empresa ao mercado norte-americano. "Na própria MP a gente deixa muito claro que a defesa das pequenas e médias e microempresas seria central, porque elas são mais vulneráveis e não têm o mesmo sistema de garantias ou a possibilidade de garantias que grandes empresas têm." O diferimento (adiamento de pagamento de tributo), o mecanismo de drawback e as compras públicas também precisam de regulamentação. "As compras vão ficar muito mais limitadas dentro do orçamento dos estados e municípios ou do governo federal para as escolas", ressalta.

O MDIC fez um mapeamento do percentual de dependência das empresas com a participação das exportações dos Estados Unidos no total exportado. "A Taurus tem 80% da receita deles vinculada às exportações para os Estados Unidos. Não tem programa que resolva isso", diz Wallace sobre a possibilidade de demissão de funcionários do fabricante brasileira de armas de fogo (Da Folhappress).

ENTENDA O PLANO DO BRASIL CONTRA O TARIFAÇO DOS EUA

## EIXO 1 - FORTALECIMENTO DO SETOR PRODUTIVO LINHA DE CRÉDITO DE R\$ 30 BILHÕES

Segundo o governo, os valores serão emprestados a taxas acessíveis, com prioridade para os mais afetados e as empresas de menor porte. O acesso à linha de crédito está condicionado à manutenção de emprego.

### FUNDOS GARANTIDORES

Pequenas e médias empresas poderão recorrer a fundos garantidores para acessar o crédito. Haverá aportes de R\$ 1,5 bilhão no Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE), R\$ 2 bilhões no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e R\$ 1 bilhão no Fundo de Garantia de Operações (FGO).

### MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE EXPORTAÇÃO

Instrumentos que protegem o exportador contra riscos como inadimplência ou cancelamento de contratos. Bancos e seguradoras poderão usar essa garantia em mais tipos de operações.

Haverá ainda mecanismos de compartilhamento de risco entre governo e setor privado.

### DIFERIMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS

Empresas afetadas poderão adiar o pagamento de tributos federais nos próximos dois meses.

### REINTEGRA

Grandes e médias empresas passam a contar com até 3,1% de ressarcimento, e as micro e pequenas, com até 6%. As novas condições do Reintegra valerão até dezembro de 2026 e terão impacto de até R\$ 5 bilhões.

### REGIME DE DRAWBACK

Prorroga, por um ano, o prazo para que as empresas consigam exportar suas mercadorias que tiveram insumos beneficiados pelo regime, que desonera a compra de insumos para exportação. A medida vale para as empresas que contrataram exportações para os Estados Unidos que seriam realizadas até o final deste ano.

### COMPRAS GOVERNAMENTAIS

União, estados e municípios poderão, por 180 dias, fazer compras para seus programas de alimentação, que vale apenas para produtos afetados pelas sobretaxas unilaterais.

## EIXO 2 - PROTEÇÃO DE TRABALHADORES BRASILEIROS CONTRAPARTIDA DE MANUTENÇÃO DE EMPREGOS

O acesso às linhas de crédito estará condicionado à manutenção de empregos.

### INSTAURAÇÃO DA CÂMARA NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DE EMPREGO

O objetivo é monitorar o nível de emprego nas empresas e suas cadeias produtivas, fiscalizar obrigações, benefícios e acordos trabalhistas, e propor ações voltadas à preservação e manutenção dos postos de trabalho

## EIXO 3 - DIPLOMACIA COMERCIAL E MULTILATERALISMO

Prevê a abertura de novos mercados, a continuidade das negociações com o governo dos EUA, além da atuação do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC).

#### Site:

[https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?\\_gl=1\\*115ca8f\\*\\_ga\\*MTk1Njg5MDczMi4xNzU0ODYyMTA5\\*\\_ga\\_L3L0ERE8KX\\*czE3NTYxMDkwMzlkczEwJGcxJHJxNzU2MTA5MTQyJG01OSR5MCRoMTg3NTg3NDEyNSRkMnVfcFpLWwd3YUVjMDRRZk8zTG5KdWkyT3RacUdscXIQQQ..](https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?_gl=1*115ca8f*_ga*MTk1Njg5MDczMi4xNzU0ODYyMTA5*_ga_L3L0ERE8KX*czE3NTYxMDkwMzlkczEwJGcxJHJxNzU2MTA5MTQyJG01OSR5MCRoMTg3NTg3NDEyNSRkMnVfcFpLWwd3YUVjMDRRZk8zTG5KdWkyT3RacUdscXIQQQ..)

# Sob pressão, indústria de papel cartão ajusta produção

**Helena Benfica De São Pau lo**

Empresas de papel cartão no Brasil estão reduzindo a produção e paralisando projetos de expansão em resposta ao excesso de oferta no mercado interno e às incertezas no comércio exterior. A indústria nacional diz enfrentar pressão crescente devido ao avanço das importações - principalmente da China e da Europa -, e teme que a situação piore com as tarifas impostas pelo presidente americano, Donald Trump.

Esse tipo de papel é amplamente usado na confecção de embalagens para diferentes produtos, como medicamentos e alimentos, e para fins gráficos, entre outras aplicações.

De janeiro a maio, a Papyrus, uma das quatro maiores produtoras de papel cartão do país, deixou de produzir o equivalente a 36 dias. Amando Varella, co-CEO e diretor comercial e de marketing da empresa, afirma que a medida reduziu a rentabilidade, levando à suspensão da compra de uma nova máquina, que ampliaria a produção de 100 mil para 250 mil toneladas.

"A entrada de importados baratos reduz a rentabilidade. No nosso caso, a queda de preço reduziu o Ebitda em 32% de janeiro a maio", disse Varella. O Ebitda mede o lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização. Segundo a Papyrus, as 150 mil toneladas que seriam incorporadas à capacidade total equivalem justamente ao volume de importação de papel cartão previsto para 2025.

De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), as importações de três tipos de papel cartão (NCMs) totalizaram 98 mil toneladas no primeiro semestre. Segundo a pasta, entre 2020 e maio de 2025, a participação do produto importado no mercado brasileiro foi de 780 mil toneladas, o equivalente a 1 ano de vendas domésticas da indústria nacional.

A entrada de papéis estrangeiros no país não é recente, mas veio se intensificando nos últimos anos, especialmente após a pandemia. Enquanto a China aumentou consideravelmente sua capacidade de produção, e hoje tem excesso de oferta, a Europa vem sofrendo com a queda na demanda desde o início da guerra entre Rússia e Ucrânia.

"Com o restabelecimento da logística mundial pós-pandemia, os fluxos de papel voltaram a fluir, e tanto Europa quanto China começaram a enviar produtos para a América do Sul, especialmente para o Brasil", explica Varella.

Paralelamente, em junho de 2023, entrou em operação a máquina de papel 28 (MP28) da Klabin, em Ortigueira (PR). Com capacidade de produzir 460 mil toneladas anuais de diferentes tipos de papéis - incluindo cartão branco e marrom e "kraftliner", a unidade também aumentou a oferta do produto no mercado interno.

Diante desse cenário, os principais produtores de papel cartão do país se reuniram com a Indústria Brasileira de Árvores (Ibã) para solicitar ao governo federal a elevação da tarifa de importação de 12,4% para 25% em três tipos de mercadoria. O governo, por sua vez, elevou a tarifa para 16,5% em apenas duas categorias. A medida tem validade até outubro deste ano.

"Vimos que ocorreu um desvio de NCM, pois as descrições são vagas. Além disso, o preço de importação em 2024 foi ainda menor que em 2023", disse Varella. Durante a teleconferência de resultados do segundo trimestre, Cristiano Teixeira, diretor-geral da Klabin, afirmou que há uma "invasão" de produtos chineses no mercado, mas que a maioria é do tipo "folding" (cartão para caixas dobráveis) e de qualidade inferior.

De acordo com Teixeira, 80% do papel cartão da Klabin é direcionado para produtos de alto valor agregado, como o cartão para embalagem de líquidos, e apenas 20% é "folding".

O executivo disse que o mercado de cartão "tem sofrido com volume", mas que a Klabin está "compensando" essa queda com o aumento da produção de "kraftliner", aproveitando-se da flexibilidade da MP28. De acordo com informações públicas, a máquina deve produzir 402 mil toneladas este ano. O percentual entre cartão e "kraftliner" não é divulgado.

Somado a isso, teve início o tarifaço do presidente americano, Donald Trump, que impôs restrições e

forçou rearranjos no comércio internacional. A medida acendeu o alerta na Ibema, outra importante produtora de papel cartão no país.

Em 2024, a empresa abriu um escritório em Miami visando a expandir o mercado consumidor de seus produtos para Estados Unidos, Canadá, México, América Central e Caribe. "Agora, temos que aguardar um pouco e ver para onde as coisas vão. A tarifa pressionou muito a operação e prejudicou nossa competitividade", disse William Bauer, diretor financeiro da Ibema.

Tendo em vista a proximidade do fim do prazo da alíquota vigente e o cenário internacional "convulsionado", a Ibã apresentou uma nova proposta ao governo federal. Desta vez, a entidade pede o aumento da tarifa para 35% e a inclusão da terceira NCM. "Estamos pedindo para aumentar significativamente [a tarifa), mas a ordem de grandeza é o governo que define", afirma o embaixador José Carlos da Fonseca, presidente-executivo da Empapei e diretor de relações internacionais da Ibã.

De acordo com Fonseca, empresas de médio porte já consideram interromper parte da produção e implementar férias coletivas em resposta a esse cenário. Por ora, reuniões estão sendo conduzidas para discutir os impactos no setor e não há perspectiva de decisão por parte do poder executivo federal, afirmou.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20250825>

# Receita arrecada bilhões com "cobrança amigável"

**Jéssica SanfAna e Beatriz Olivon**

De Brasília A **Receita Federal** conseguiu arrecadar até julho deste ano R\$ 87,5 bilhões com medidas de "cobrança amigável". Elas buscam estimular a conformidade tributária sem gerar autuações fiscais ou litígio para empresas ou pessoas físicas. Trata-se de uma forma de evitar a inscrição na dívida ativa dos contribuintes e, ao mesmo tempo, de antecipar a arrecadação para a União.

Desse valor, R\$ 42,1 bilhões são resultado do monitoramento de grandes contribuintes. Em 2024, dos R\$ 171 bilhões que a Receita levantou com medidas de arrecadação amigável, R\$ 45,8 bilhões foram dos grandes grupos econômicos ou pessoas com patrimônio na casa das centenas de milhões de reais. Ou seja, o arrecadado com esse segmento específico só até julho deste ano já representa quase o mesmo valor referente a todo o ano passado.

Os números são comemorados pelo Fisco. Isso porque mostram que o trabalho de orientação, abertura de transações para acordos, incentivo à autorregularização e as chamadas "carrinhas" enviadas às empresas têm surtido efeito. "Para a Receita, se a arrecadação pudesse vir toda sem contencioso, o custo administrativo seria menor e seria melhor para todos", diz a auditora-fiscal Adriana Gomes Rego, secretária especial-adjunta da **Receita Federal**, em entrevista exclusiva ao Valor.

Entre as ações da Receita para conseguir essa arrecadação "amigável", destacam-se as chamadas "cartinhas". Elas são enviadas aos contribuintes de forma eletrônica, informando que o Fisco vê divergências entre os valores que possui em sua base de dados e os declarados. Foram 125,4 mil cartas enviadas a pessoas jurídicas neste ano abrindo possibilidade de autorregularização. É uma forma de a empresa, de forma espontânea, recolher **tributos** pagos a menor.

Essa arrecadação traz vantagens tanto para a Receita quanto para o contribuinte, explica a secretária. Isso porque o contribuinte evita ser autuado, o que ensejaria o pagamento de juros e multa, a depender do caso. Também é bom para o Fisco, porque evita levar os valores para inscrição na Dívida Ativa da União, uma arrecadação que por vezes demora para

entrar nos cofres públicos ou nem entra e precisa ser cobrada na Justiça.

Nessa linha de estimular que os contribuintes fiquem em dia com a Receita de forma "espontânea", o Fisco lançou o programa Litígio Zero, permitindo que grandes contribuintes apontem outros fatos geradores (que ensejariam o pagamento de **tributos**) para incluir nas transações abertas por meio de editais de grandes teses.

Esses editais estão sendo lançados pela Receita no âmbito do Programa de Transação Integral (PTI). A Portaria RFB 568/2025, publicada na segunda-feira passada, permite que o contribuinte aponte débitos relacionados aos temas dos editais abertos que ele queira incluir para transacionar.

res podem ser quitados sem multa de mora ou ofício. O pedido precisa ser apresentado por formulário eletrônico até 60 dias do prazo final do edital. O Leão tem até 30 dias para constituir o crédito para autorregularização.

Segundo Adriana, essa medida é fruto de um pedido das próprias empresas. "Para elas, não há multas e juros. A Receita evita o esforço de fiscalizar, intimar, calcular, provar e julgar", explica a secretária especial-adjunta.

"As empresas avaliam quanto custam essas brigas e quanto tempo leva. Hoje são 18 anos, considerando o administrativo mais o judicial", afirma o presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Pablo Cesário. Para ele, o modelo de judicialização elevada é "custoso e disfuncional".

Cesário destaca que a possibilidade de incluir créditos que ainda estão na fase administrativa é interessante para as empresas a depender dos casos concretos. Ainda segundo o presidente executivo, a estratégia de cobrança amigável gera resultados porque existem erros operacionais eventuais em razão do número de transações e obrigações acessórias que, pela complexidade, podem levar a esses erros.

De acordo com Cinthia Benvenuto, sócia da Innocenti Advogados, as transações com demais métodos alternativos de resolução de conflitos tributários têm se mostrado eficazes e vêm se consolidando de forma

gradual e contínua. "Muito mais do que meros mecanismos de incremento da arrecadação, constituem instrumentos eficazes de redução do contencioso fiscal", afirmou.

Ainda segundo Cinthia, os resultados positivos obtidos na esfera federal têm inspirado as esferas estadual e municipal a instituírem e regulamentarem seus próprios métodos alternativos de solução de litígios.

Para Paulo Rogério Ribeiro, sócio do Machado Associados, a transação e a autorregularização são métodos modernos e eficazes de pagamento de dívidas tributárias. Isso porque, diz ele, elas têm ganhado cada vez mais espaço ao viabilizarem uma solução relativamente rápida, de baixo custo e com potencial de evitar ou reduzir o contencioso tributário. "Em vez de relações turbulentas e litigiosas, com custos altos para ambos os lados e, no mais das vezes, decididas por terceiros, o Poder Judiciário, esses novos métodos prometem soluções consensuais atrativas para ambos os lados", afirmou.

**Site:** <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

# Inflação abaixo de 5% ao ano pode elevar juro real e favorecer renda fixa

**LEO GUIMARÃES E-INVESTIDOR**

O aperto monetário imposto pelo Banco Central começa a dar resultados aos olhos do mercado.

O Boletim Focus, na edição da segunda-feira passada, passou a projetar o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) abaixo de 5%, fechando 2025 em 4,95%. Para o investidor de renda fixa pós-fixada, isso significa um ganho extra - com expectativa de desaceleração da **inflação**, o juro real ultrapassaria os 10% ao ano.

O juro real é a diferença entre a taxa básica de juros e a **inflação**.

Se a Selic está em 15% e o IPCA projetado é de 4,95%, o retorno acima da perda de poder de compra do dinheiro chega a mais de 10% ao ano. "O investidor deve ter um cenário favorável nos próximos meses com Selic fixada em um alto patamar e **inflação** controlada", diz o diretor da Peak Invest, Felipe Pagano. No entanto, com a **inflação** desacelerando, a expectativa é de cortes na Selic já no final deste ano, com o mercado precificando a taxa de juros a 12,50% no final de 2026.

Na renda fixa, as melhores oportunidades estão nos títulos atrelados ao IPCA com vencimentos de médio e longo prazos, para levar até o vencimento, segundo especialistas.

O CIO da Empiricus Asset, João Piccioni, explica que a abertura dos juros reais para mais de 10% cria um paradoxo, pois, apesar de ainda oferecer um CDI atrativo, a perspectiva de desaceleração da **inflação** reforça que a queda dos juros está mais próxima. Ou seja, quem ficar no "quentinho" do CDI vai começar a perder retornos melhores em investimentos com um pouco mais de risco, mesmo sem sair da renda fixa. "O investidor brasileiro se acostumou ao conforto do CDI, mas, olhando para frente, a tendência é de buscar papéis atrelados à **inflação** e, ainda que de forma residual, até mesmo a Bolsa." "CARRY TRADE". Esse movimento não se limita ao investidor local.

O estrangeiro, que tem aproveitado o diferencial de juros via "carry trade" (leia a seguir), também pode mudar de rota com a esperada maior volatilidade do

câmbio em 2026. No carry trade, o investidor pega dinheiro em moeda de juros baixos e aplica em outra de juros altos.

"Hoje o câmbio está ancorado pelo diferencial de juros, mas esse conforto deve ceder. O ano que vem deve trazer mais volatilidade para o real", diz Piccioni, reforçando que essa vantagem diminui com cortes da Selic.

Para o investidor local, o analista financeiro Rafael Zattar diz que é possível aproveitar o momento para travar retornos de longo prazo. "O IPCA+ ainda entrega retornos acima de 7% ao ano. É uma taxa fantástica para garantir aposentadoria." Para quem acredita na queda dos juros, uma estratégia é mirar papéis mais longos, como o Renda+ 2065, compondo a carteira com vencimentos intermediários, como 2040 e 2050. "Se a curva fechar, a Bolsa e os fundos imobiliários já terão subido. Para quem perder essa oportunidade, a saída pode ser dolarizar parte da carteira", completa Zattar.

A aposta em títulos longos só deve ser feita por quem não precisa de liquidez, ou seja, que não vai precisar daquele dinheiro no curto prazo. Piccioni vê com cautela a ideia de travar posições em títulos muito longos, como os IPCA+ de 30 anos ou mais. Ele diz que isso exige acreditar que a economia brasileira vai dar certo por três décadas, o que considera otimismo excessivo diante da tradicional volatilidade política e fiscal do País.

"Não tem um título atrelado à **inflação** de longuíssimo prazo que faça sentido sem um grau enorme de otimismo. Vamos ter muita volatilidade até lá", afirma. Por isso, Piccioni prefere pensar em vencimentos médios e, no longo prazo, apostar na Bolsa. "Boas empresas devem entregar retornos acima da média nos próximos dez anos, mais do que um IPCA+ 2065." A leitura de **inflação** convergindo à meta (o teto é de 4,75%) vem das observações do mercado de que a desaceleração da economia começa a aparecer, mesmo com dados de emprego ainda mostrando ocupação elevada.

Outro fator que ajuda nesta visão são as tarifas impostas pelos EUA "exportando" desinflação, o que estimularia o Banco Central brasileiro a acelerar o corte de juros em 2026.

Mas essa projeção pode ser comprometida pelo fator eleitoral.

O Boletim Focus reflete modelos estatísticos que captam um processo desinflacionário, mas há uma descrença nesses números por parte do mercado, derivada da leitura política. "É natural que em ano de eleição o governo tente acelerar a economia, como vimos em 2022 com Bolsonaro", diz Piccioni.

Rafael Zattar critica os efeitos em cadeia de um juro real tão elevado. "O dinheiro fica mais caro, e isso impede o incentivo ao empreendedorismo. Para as famílias, o crédito trava e o consumo cai, afetando o **PIB**."

Para o governo, a conta de juros da dívida explode, sobrando menos espaço para investir." Segundo ele, o cenário também reforça a cultura rentista do brasileiro. Ele comenta que quem investiu desde 2001 em títulos pós-fixados ganhou 5,3% ao ano acima da **inflação**; e quem arriscou um pouco mais em renda fixa, 7,8%. Mesmo assim, cerca de 80% da população vive endividada, reflexo de uma cultura de gastos estimulada pelo próprio governo. |

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Endividamento preocupa em fase de virada na economia

A combinação de um endividamento elevado das famílias com a perspectiva de juros altos por um bom tempo começa a preocupar economistas. Se, por um lado, o aumento da inadimplência e o do comprometimento de renda das famílias com dívidas são esperados diante do aperto monetário e até bem-vistos pelo Banco Central, economistas alertam que o nível de endividamento das pessoas físicas está tão elevado que, se houver um pouso menos suave do que o esperado da atividade, o choque pode ser grande. Isso em um contexto em que a desaceleração do Produto Interno Bruto (**PIB**) do segundo trimestre já deve ser maior do que o antecipado.

Em maio deste ano, último dado do BC, as famílias comprometiam 27,8% da sua renda com o serviço da dívida, um número muito perto do recorde histórico de 27,9% registrado em maio de 2023. "E está numa trajetória de que vai passar", diz Bruno Martins, economista do BTG Pactual.

"O que mais me preocupa é que estamos no fim de um ciclo econômico positivo de crescimento da renda e de desemprego muito baixo, com o nível de comprometimento muito alto. Podemos pensar que, em uma reversão desse cenário positivo, os efeitos sobre a inadimplência, o setor bancário e a atividade econômica podem ser bastante preocupantes", afirma.

A inadimplência no crédito livre às pessoas físicas alcançou 6,3% da carteira em junho deste ano, um incremento de 0,8 ponto percentual em 12 meses, segundo o BC.

Martins observa que a correlação entre o crescimento anual da massa salarial real e o comprometimento de renda das famílias, que era negativa entre 2013 e 2019, passou a ser surpreendentemente positiva a partir de 2020. "Fazia sentido ser negativa, porque, se as pessoas estavam com mais renda, precisavam menos de crédito. Depois da pandemia, essa correlação se quebrou e, na verdade, está com uma correlação positiva altíssima. Ou seja, apesar de todo o crescimento de renda, as pessoas se alavancaram muito também", afirma.

Essa profunda transformação, diz, deixou a economia brasileira com as famílias mais alavancadas, elevando substancialmente os riscos em um cenário de reversão do ciclo econômico.

Para Martins, essa inversão nas relações entre renda e dívida pode refletir a maior bancarização dos brasileiros, impulsionada na pan-

demia, e o aumento da competição no setor. Uma possibilidade, impossível de ser confirmada pela falta de dados, é que o endividamento das famílias aumentou porque elas migraram de dívidas fora do sistema bancário para crédito dentro dele, observa Martins.

Uma pista, no entanto, de que o endividamento das famílias de fato subiu, e não apenas mudou de perfil, é que a correlação de indicadores de consumo com a renda diminuiu após a pandemia, mas, considerando nessa renda também o fluxo financeiro das famílias com os bancos, a correlação aumenta, diz Martins. "Ou seja, esse consumo fica mais sensível às condições de crédito, porque as pessoas estão mais alavancadas."

A renda restrita das famílias - incluindo, por exemplo, salários, pagamentos da Previdência e transferências do Bolsa Família - cresce 4%, em termos reais, na média móvel de três meses, na comparação com o ano passado, aponta Martins. "Quando você coloca o fluxo financeiro, esse crescimento passa para 2,8%. Ainda está crescendo menos do que os dados de mercado de trabalho e de transferências sugerem, porque as pessoas estão usando parte dessa renda para pagar juros caros", afirma.

"O próprio BC reconheceu avanço da inadimplência mais relevante" Felipe Sichel

E a expectativa, segundo Martins, é de piora, já que os juros devem ficar muito elevados por bastante tempo. Com a desancoragem das expectativas de **inflação**, diz, o Banco Central não tem muito espaço para fazer uma aposta de que a atividade vai desacelerar mais rápido e, assim, antecipar o corte de juros. "Em uma situação normal, com expectativa ancorada e credibilidade mais forte do BC, ele tem um pouco mais de flexibilidade para, vendo à frente um hiato abrindo [um aumento da ociosidade na economia], tentar comunicar isso para o mercado dizendo que vai poder cortar o juro um pouco antes. Mas ele está pisando em ovos, porque está com a credibilidade arranhada", afirma.

Isso significa que o crédito vai seguir restritivo por "muito tempo", diz Martins, enquanto o crescimento do emprego e o da renda tendem a ser menores adiante. "O mercado de trabalho está muito apertado, já não tem muita folga de contratação. Além disso, temos visto a atividade desacelerando de forma intensa", afirma. "A inadimplência da pessoa física, inclusive, está subindo mesmo com o desemprego muito baixo."

Há uma ponderação regulatória já que uma norma do Conselho Monetário Nacional (CMN) mudou a forma como é calculada a perda esperada da carteira de crédito e levou a um aumento meramente contábil da inadimplência. Mas o próprio diretor de política econômica do Banco Central, Diogo Guillen, disse que o BC observava esse efeito contábil nos dados até maio, mas que, mais recentemente, tem "um pouco mais de aumento de inadimplência" que não é só fruto da mudança regulatória.

"Estamos vendo um avanço da inadimplência relevante e o próprio BC reconheceu na sua comunicação oficial recente. Isso é natural a partir do momento em que os juros subiram. É um sinal de que a transmissão da política monetária está se desenvolvendo como deveria", diz Felipe Sichel, economista-chefe da Porto Asset.

O alerta é que o Brasil está entrando em uma desaceleração da economia com o balanço das famílias em uma situação "bastante delicada" e "muito crítica", diz o economista de uma gestora, que falou sob a condição de anonimato. Isso preocupa menos, segundo ele, porque a expectativa, por enquanto, não é de "uma virada muito grande" da atividade, no sentido de uma recessão.

"Mas a expectativa é de alta no comprometimento de renda, que a inadimplência continue subindo ao longo do segundo semestre, com isso vai forçar uma postura mais cautelosa dos bancos daqui para frente. É um ponto de alerta se tiver uma queda mais acentuada da atividade", afirma. "Isso intensificaria o ciclo de baixa, porque o crédito aperta muito mais, as famílias não conseguem consumir, a atividade cai ainda mais, a inadimplência sobe e por aí vai."

O indicador do BTG para o impulso de crédito está em zona restritiva desde o primeiro trimestre deste ano e segue em trajetória de queda. Por ora, a desaceleração da economia não parece que se dará em um "tranco", afirma Martins. Os dados mais fracos esperados para o varejo e os serviços prestados as famílias no segundo semestre, diz, são positivos para o BC.

"A inflação começa a arrefecer um pouco, então, a

conjuntura para a política monetária está melhorando. O meu medo é que, dada essa desancoragem estrutural, se tiver de manter o juro nesse patamar por mais seis meses, é preocupante com o nível do endividamento que vemos. Pode ter uma não linearidade em algum momento", alerta Martins, ponderando que esse ainda não é o cenário-base do BTG.

"Continuamos com um cenário de pouso suave. Mas a gente acha que tem aumentado a probabilidade de um cenário mais estressado. Estamos realmente bastante preocupados, porque começamos a ver uma reversão de ciclo da atividade econômica com uma condição de partida que é esse endividamento muito alto das famílias", afirma.

Rodolfo Margato, economista da XP, diz que pode haver amortecedores à frente. Considerando a aprovação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000 mensais e um aumento de 10% no Bolsa Família, o que corresponde à inflação acumulada esperada para 2024 e 2025, a renda disponível das famílias crescerá 4,2% em 2026, estima, ante 5% esperados para 2025. Sem esses estímulos, porém, o crescimento da renda seria ainda menor, de 3,3% no próximo ano.

Por isso, Margato diz achar menos provável uma contração do crédito como nos ciclos negativos de 2011-2012 e 2015-2017.

Uma das preocupações dos economistas é se o aumento da inadimplência passar da pessoa física para a jurídica. Em 12 meses até junho, a inadimplência no crédito livre à PJ está estável em 3,1% da carteira. Um processo de inadimplência maior entre as empresas, dizem, pode tornar o ambiente econômico mais conturbado.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188311?page=1&section=1>

# Encontro de BCs é marcado por defesa de autonomia

O encontro anual do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), em Jackson Hole, no estado americano do Wyoming, costuma ser um momento em que representantes dos bancos centrais relaxam, discutem alguns temas econômicos complexos e depois fazem uma caminhada no Parque Nacional de GrandTeton. Neste ano, porém, o simpósio, que ocorreu no fim de semana, foi marcado por reações às pressões políticas sobre o Fed, diante dos ataques do presidente Donald Trump. Dirigentes ressaltaram a importância da independência dos bancos centrais.

A pressão crescente da Casa Branca sobre o Fed - Trump já ameaçou demitir Jerome Powell da presidência da instituição mais de uma vez - dominou os bastidores do encontro. O tema surgiu em conversas de corredor e durante cafés e refeições.

Até a segurança do evento estava reforçada em relação a anos recentes. Policiais do Fed, da Polícia dos Parques Nacionais e do xerife do Condado de Teton, alguns com uniformes de estilo militar e armados, eram presença constante.

## APOIO DE LAGARDE

Na manhã de sexta-feira, os oficiais chegaram a retirar James Fishback, apoiador de Trump e crítico frequente do Fed, depois que ele confrontou a diretora do Fed Lisa Cook no saguão do hotel e fez perguntas, aos berros, sobre a polêmica das hipotecas.

Naquele dia, Trump afirmou que demitiria Lisa se ela não renunciasse após acusações recentes de fraude hipotecária. Foi a mais recente tentativa do presidente americano de pressionar o BC dos EUA por juros mais baixos.

A presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, aproveitou uma entrevista à Fox News para ressaltar que, sem um BC independente, as economias correm o risco de se tornar disfuncionais, caso os governos se envolvam na definição dos juros.

- A independência de qualquer banco central é extremamente importante - disse Lagarde no programa Sunday Morning Futures. - Temos que prestar contas, temos que reportar e responder a todas as perguntas do Congresso dos Estados Unidos ou do Parlamento Europeu, no meu caso. Mas é de

vital importância que um banco central seja independente.

Ela acrescentou que, durante seu mandato à frente do Fundo Monetário Internacional (FMI), teve a oportunidade de observar o que acontece quando a independência do banco central é ameaçada.

- Ele se torna disfuncional, começa a fazer coisas que não deveria fazer. O passo seguinte é a perturbação. É instabilidade, se não pior. Portanto, acho que isso não deve ser debatido.

O recado de defesa da autonomia da instituição foi endossado pelos dirigentes no encontro. O apoio a Powell ficou evidente na manhã de sexta-feira, quando ele foi ovacionado de pé por economistas e autoridades de diversos países.

Para eles, a independência do Fed não é apenas uma questão de princípio, mas também de praticidade, já que as decisões tomadas em Washington inevitavelmente têm consequências globais.

Em seu provável último discurso em Jackson Hole como presidente do Fed, Powell admitiu a possibilidade de corte de juros na reunião de setembro, mas destacou que ainda não se sabe se as tarifas reacenderão a **inflação** de forma persistente.

Powell aproveitou a apresentação do novo arcabouço de política monetária (documento que orienta o Fed em suas metas de **inflação** e emprego) para enfatizar que estes desafios só podem ser enfrentados com um banco central independente.

## FALTA DE CLAREZA

Sem clareza sobre os próximos passos, as divergências entre os dirigentes do Fed podem se intensificar nos próximos meses, especialmente com novas indicações de Trump para o banco central e o fim do mandato de Powell, em maio de 2026.

- Se houver corte (de juros), e ele refletir um crescimento mais lento dos EUA, isso pode significar crescimento mais lento para eles também, dado o tamanho da economia americana - disse Maurice Obstfeld, pesquisador sênior do Peterson Institute for International Economics e ex-economista-chefe do

FMI, referindo-se à zona do euro e a outras economias.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Brasileiro não entende tarifaço, mas teme impacto

Mais de dois terços dos brasileiros preveem prejuízos para a economia nacional com o tarifaço dos Estados Unidos e quatro em cada dez acreditam que haverá um efeito negativo sobre a vida da população, segundo pesquisa do Centro de Estudos Aplicados de Marketing da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) antecipada ao Valor.

Os dados do levantamento mostram também que há uma percepção de pouco conhecimento sobre o aumento das tarifas de importação para produtos brasileiros nos Estados Unidos: 43% afirmam conhecer o tema apenas de forma superficial e outros 26% dizem que não têm certeza ou não ouviram falar. Quando a pergunta foi sobre entendimento da medida, apenas 19% afirmam ter compreensão clara sobre o assunto.

A pesquisa foi realizada em agosto pela ESPM com mil pessoas, numa amostra que reproduz o perfil demográfico da população brasileira por características como idade, sexo e região. A metodologia segue os critérios previstos pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP).

"De fato, há uma expectativa das pessoas e consumidores de que o tarifaço não é uma coisa boa. Diferentes indicadores mostram essa expectativa mais negativa, como no impacto geral, no consumo do dia a dia e na economia", afirma o professor da ESPM e coordenador do Centro de Estudos Aplicados de Marketing (CEAM) da universidade, Flávio Santino Bizarrias.

Para 51,3% das pessoas, a medida afetará diretamente o Brasil. Entre os entrevistados, há expectativa de consequências negativas para agronegócio (73%) e para indústria (68,7%), mas a parcela que vê cenário negativo para o

comércio é menor (53,9%).

Os dados da pesquisa mostram piora da visão sobre os EUA, mas sem consequências na avaliação sobre os produtos do país. Para 63,2%, a política adotada muda a imagem do país para pior. A maioria (53,9%) considera, no entanto, que a percepção sobre os produtos dos EUA permanece inalterada.

A valorização dos produtos brasileiros é um dos reflexos apontados pelo trabalho da ESPM: 57,2% das pessoas ouvidas passaram a confiar mais no que é produzido no Brasil.

"Vemos pelas respostas que a imagem dos EUA ficou arranhada, mas não os produtos americanos. De qualquer forma, a tendência é por valorizar mais o que é nacional em detrimento ao que é estrangeiro", diz Bizarrias.

Um tema com visão diferente é a expectativa sobre a **inflação**. Dos entrevistados, 45,3% acreditam que preços e **inflação** podem cair com o tarifaço. Ainda assim, existe certa cautela para lidar com o novo cenário.

Redução de consumo geral e busca por alternativas de produtos mais baratos (nacionais ou importados) foram citados por 60% das pessoas como estratégias para lidar com o novo momento.

"Há uma preocupação de que alguns pontos mais específicos, mais próximos do consumidor, sejam negativos. E por isso aparecem algumas reações do consumidor. Mas o tarifaço é um tema que está vivo com mudanças o tempo todo. Essa é a percepção deste momento", afirma o professor.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188311?page=1&section=1>

# A nova e instável dinâmica do dólar (Editorial)

O volume de ações americanas nos portfólios de não residentes atingiu a impressionante cifra de US\$ 33,3 trilhões no final do primeiro trimestre de 2025, dos quais 55% compostos por ações líquidas, segundo os dados oficiais mais recentes do Bureau of Economic Analysis (BEA) dos EUA. Especialmente concentradas em companhias cuja apreciação meteórica começa a preocupar vários analistas, introduz uma mudança dos fundamentos da dinâmica do dólar que pode ter consequências para a estabilidade da economia mundial no ambiente de baixa previsibilidade das políticas do novo governo americano.

Essa exuberância do mercado de equity dos EUA foi alimentada por uma década de baixíssimas taxas de juros em dólar, que estimularam investimentos arriscados em novas empresas que lideravam a onda de aplicações comerciais de inovações em métodos de aprendizado de máquina, algoritmos aplicados a volumes crescentes de dados e, recentemente, em inteligência Artificial Generativa. Como muitos desses investimentos tiveram grande sucesso, o valor de várias dessas empresas inovadoras disparou. As líderes do movimento que chegaram aos mercados públicos - as chamadas Magnificent Seven - concentram hoje aproximadamente um terço da capitalização total do mercado do S P 500.

Com a valorização das ações dos EUA superando de longe e por anos a performance do resto do mundo, a participação de não residentes em ações norte-americanas explodiu, causando mudança sísmica na Posição Líquida de Investimentos Internacionais (NIIP) dos EUA que caiu mais de US\$ 17 trilhões desde 2018.

Carregar um passivo internacional líquido tem sido normal na economia americana. Por décadas, os Estados Unidos sofrem de uma doença crônica: poupar menos do que investem e, assim, gerar déficits em conta corrente que necessariamente geram acúmulo de passivos líquidos externos para financiar esses déficits e estabilizar o dólar. Flutuações da NIIP dos EUA ocorreram ao longo do tempo, mas, recentemente, foi mantido em nível relativamente estável abaixo de US\$ 8 trilhões até 2018. Desde então, despencou para US\$ 25 trilhões, cerca de 8 vezes o valor de exportações de bens e serviços americanos.

A elevação sem precedentes da compra de ações de empresas americanas por estrangeiros alterou não só o volume, mas também a composição dos passivos externos brutos do país. A participação das ações no total de passivos externos brutos subiu de 37% no final de 2015 para 54%, ultrapassando em muito a de títulos do Tesouro norte-americanos, tradicionalmente dominante e em sua maioria mantidos nas reservas de bancos centrais estrangeiros.

Essa mudança estrutural no tamanho e composição de ativos das obrigações internacionais dos EUA, que tornou negativo pela primeira vez o pagamento líquido de fatores, já teve um primeiro impacto importante na dinâmica do dólar. No início de abril, a antecipação do choque inflacionário nos EUA, após o surpreendente anúncio da elevação unilateral de tarifas pelo novo governo dos EUA, teve três efeitos imediatos: fez despencar os preços das ações, deslocou para cima a estrutura de taxas de juros de longo prazo e provocou expressiva depreciação do dólar.

Essa combinação "inusitada" de taxas de juros de longo prazo mais altas e depreciação do dólar intrigou a maioria dos agentes de mercado. Entretanto, uma pressão sobre o dólar provavelmente será o novo normal toda vez que expectativas negativas sobre os preços das

ações americanas levarem número significativo de investidores estrangeiros a se desfazer delas.

Embora os preços das ações tenham se recuperado rapidamente da queda passageira, o episódio do Liberation Day alerta para uma nova e permanente ameaça à estabilidade do dólar: a progressiva ancoragem de expectativas de queda dos preços das ações norte-americanas a médio prazo.

Isso pode ocorrer por pelo menos duas razões. A primeira é o ajuste inevitável das avaliações excepcionalmente altas das ações de companhias americanas. Quase todos os indicadores de avaliação média - como a relação preço/lucro futura, a capitalização de mercado agregada sobre o PIB etc. - estão bem acima da tendência histórica. Os níveis de concentração em poucas ações, outro importante indicador de ajustes futuros, estão elevadíssimos: a proporção do valor das 10 maiores companhias no S P 500 está 80% acima da média de 45 anos desde que a

série de dados diários existe e 44% acima do pico anterior durante o "dot.com boom" do fim do século passado.

O entusiasmo dos investidores em relação às ações ligadas à IA, que continuam apostando em seu potencial de continuar gerando altas taxas de crescimento de valor, parece ignorar riscos reais de dramáticas restrições na oferta de energia para data centers e rupturas de suprimento de itens cruciais causadas por guerras comerciais, e contrasta com as expectativas cautelosas observadas em setores mais tradicionais.

O segundo risco de desvalorização é o impacto de médio prazo da enxurrada de decretos e projetos de lei mal comunicados produzida pelo novo governo dos Estados Unidos. Praticamente todas as estimativas independentes sobre os efeitos do recém aprovado projeto de lei de orçamento apontam para uma trajetória ascendente da dívida pública americana em relação ao **PIB**, que certamente elevará as taxas de juros de longo prazo e, portanto, o custo de capital, deprimindo o valor das ações. Isso sem falar do efeito combinado de mudanças erráticas na política econômica externa, do desmonte dos incentivos do IRA e da legislação recém-anunciada que afeta o ambiente concorrencial da inteligência Artificial.

Some-se a isso a percepção de que o Federal Reserve acabará cedendo à insuportável pressão da Casa Branca para reduzir as taxas de juros e tem-se um cenário de expectativas de um dólar fraco por mais tempo que pode acelerar a venda de ativos de não residentes. Se combinado à cristalização das expectativas fundamentalistas de reversão da alta dos preços das ações de alto crescimento, realimentará a fuga de investidores estrangeiros, colocando pressão adicional sobre o dólar como uma profecia autorrealizada.

Assim, o crescimento sem precedentes do valor das ações americanas nos portfólios de não residentes cria interações complexas entre as mudanças radicais de política econômica americana, a quase certa reversão de expectativas sobre a sustentabilidade do atual boom acionário e a estabilidade do dólar, cuja dinâmica pode estar entrando em um território desconhecido.

Agora, a dinâmica do mercado de ações passa a ser dominante, mas Wall Street, como de costume, continuará a dançar feliz ao som de um mercado volátil, enquanto a música continuar tocando.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188311?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188311?page=1&section=1)**